



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 3/2021
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 30-06-2021**

“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 3 da Sessão Ordinária de 30-06-2021

LOCAL - Grande Auditório do Centro de Artes e Espectáculos-----

DATA -30 de junho de 2021-----

INICIO - Quinze horas e trinta minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira.....PS

1º SECRETÁRIO - Adelino da Costa Pinto.....PS

2ª SECRETÁRIA - Ana Margarida Pinto da Cunha.....PS

MEMBROS - Maria Margarida de Oliveira Monteiro FontouraPSD

João Raul Henriques Sousa Moura PortugalPS

Francisco Nuno Costa de Melo BiscaiaPS

Paulo Jorge Martinho PintoPSD

José Fernando Guedes CorreiaPS

Maria Isabel Cardoso Guardão TavaresPS

Maria Adelaide Gaspar GonçalvesCDU

Maria Isabel Gaspar Ferreira de SousaPSD

Andreia Manuela Dias dos Santos GarciaPS

Teotónio Paulo de Jesus CavacoPSD

Christopher Joseph Maia OliveiraBE

António Simões de JesusPS

Manuel Fernando Rascão MarquesPSD

Adelaide Sofia Ferreira Carraco dos ReisPS

Fausto Fernando Santos LoureiroPS

Tiago Patrício Cadima JorgePSD

Maria Bebiana Rafael Sampaio MarquesPS

Silvina da Silva Fonseca Anadio de QueirozCDU

Rui Miguel Jordão de Jesus BronzePS

Luis Pedro Góis de Jesus e SilvaPSD

Diogo Manuel Miragaia Ferreira LimaPS

Rosa Carlos Alves MaiaPS

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da SilvaPS

(Alqueidão) Clarisse da Silva Ferreira OliveiraPS

(Bom Sucesso) Carlos das Neves BatataINDEPENDENTE

(Buarcos e São Julião) José Manuel Matias TavaresPS

(Ferreira-a-Nova) Susana Maria Rodrigues Oliveira MonteiroPS



(Lavos) Maria Lucília dos Santos Pedrosa Marinho da CunhaPS
(Maiorca) Rui Pedro Pinto FerreiraPS
(Marinha das Ondas) Manuel da Conceição Rodrigues NadaPS
(Moinhos da Gândara) Célia Catarina Querido OliveiraPSD
(Paião) João Paulo Gonçalves PintoPS
(São Pedro) António Manuel dos Santos SalgueiroPS
(Tavarede) Fernando António Martins LopesPS
(Vila Verde) Vítor Manuel Gonçalves AlemãoPS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

SUBSTITUIÇÕES

Luís Manuel Mendes Ribeiro por Rui Miguel Jordão de Jesus Bronze, Mário João Menezes Paiva por Diogo Manuel Miragaia Ferreira Lima, Victor Manuel dos Santos Madaleno por Rosa Carlos Alves Maia, Leila Maria Fidalgo Ferreira por Luis Pedro Góis de Jesus e Silva.-----

COMUNICAÇÃO DE AUSÊNCIAS

Luís Manuel Mendes Ribeiro, Mário João Menezes Paiva, Victor Manuel dos Santos Madaleno, Leila Maria Fidalgo Ferreira, Pedro Fernando Teixeira Alves Macedo, e Manuel António Fernandes Domingues.-----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2021

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Coloco para aprovação a ata da sessão ordinária de 30 de abril de 2021."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Susana Oliveira Monteiro, do Partido Social Democrata, Pedro Alves Macedo, e o deputado municipal independente Manuel Fernandes Domingues, deliberou, por maioria, com trinta e dois votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, cinco abstenções dos membros do Partido Socialista, Isabel Guardão Tavares, Rui Jordão Bronze, Rosa Carlos Maia e Bebiana Sampaio Marques, e do Partido Social Democrata, Luis Góis Silva, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2021.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

LUIS GÓIS SILVA apresentou a seguinte declaração de voto: "A minha abstenção



prende-se com o facto de não ter estado presente na sessão de 30 de abril de 2021.”-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES apresentou a seguinte declaração de voto: “Abstive-me na votação desta ata por não ter estado presente na sessão de 30 de abril de 2021.”

1.2 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

SEGUNDO SECRETÁRIO deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente:-----

“Convites de algumas coletividades para aniversários e eventos por elas promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar.-----

- Convites do Presidente da Câmara para o(a):-----

- Apresentação do Campo de Fute Beach Golf (um desporto que combina as habilidades do futebol com as regras do golfe, dinamizado na Praia)-----

- Apresentação do livro «Santos Rocha, Arqueologia e Territórios da Figueira da Foz»-----

- Sessão Comemorativa do Dia Nacional do Sapador Florestal-----

- Espetáculo «11º Aniversário das 5.ªs de Leitura - RUGE - Poemas e Canções»-----

- Assinatura do contrato de empreitada para a «Reabilitação e Consolidação do Convento de Seiça»-----

- Inauguração das exposições «A Linha - Rua Académico Zagalo Sem Número» e «Linha de Fratura», da autoria de António Viana-----

- Assinatura do contrato para a empreitada «Escola Secundária Cristina Torres - Beneficiação»-----

- Apresentação da «Nova Vida do Campo das Traseiras» e homenagem a Ticha Penicheiro-----

- Apresentação do projeto «O Mar que nos Une»-----

- Conferência de Imprensa de Apresentação do Programa do São João 2021-----

- Comemorações do Dia da Cidade, presididas pelo Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, António Lacerda Sales-----

- Inauguração do Quartel da Imagem-----

- Assinatura de um Acordo de Colaboração entre o Município da Figueira da Foz e Movijovem, tendo em vista a implementação e comercialização do Cartão Jovem Municipal da Figueira da Foz-----

- Cerimónia do Hastear da Bandeira Azul e Praia Acessível-----

Convites de:-----

- Junta de Freguesia de Bom Sucesso para o descerramento de uma placa



assinalando a conclusão das obras de alargamento do Cemitério da Freguesia-----
- Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião para a apresentação de estruturas metálicas destinadas a reciclagem-----
- MAGENTA para a Inauguração da Exposição "«Os pintores saíram à rua...#1»-----
- Associação Portuguesa de Deficientes da Delegação da Figueira da Foz para o primeiro jogo de Andebol em Cadeira de Rodas da época-----
- Associação da Amizade e das Artes Galego Portuguesa para a inauguração da «Exposição Arte no Desporto»-----
- Figueira Sabor a Mar para a apresentação do Festival Gastronómico das «Caldeiradas»-----
- Sociedade de Instrução e Recreio de Lares para a inauguração do Roteiro das Fontes e Lavadouros de Lares-----
- MAGENTA para a inauguração da exposição de pintura da Artista Plástica Anabela Aiveca-----
- Associação de Coletividades da Figueira da Foz para o espetáculo «Portugal Precisa das Coletividades»-----
- Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião para a apresentação do monumento «Bateira de Buarcos», na Rotunda do Mar Português-----
Iniciativas Parlamentares e outras:-----
• Comunicação do agendamento para discussão em plenário da Assembleia da República, no dia 14 de maio de 2021, do Projeto de Resolução Nº 914/XIV/2ª - Reforço das medidas de apoio aos idosos que vivem sozinhos ou isolados-----
• Comunicação do agendamento para discussão em plenário da Assembleia da República, no dia 28 de maio de 2021, do Projeto de Lei Nº 848/XIV/2.ª - Altera o regime jurídico de avaliação de impacte ambiental."-----
A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Como nenhum cidadão se inscreveu para intervir neste Período de Antes da Ordem do Dia, passaremos de imediato aos assuntos gerais de interesse do Município."-----

3 - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

A - ENVE/ENCONTRO NACIONAL DE VEÍCULOS ELÉTRICOS 2021

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: "No âmbito das Festas da cidade, teve lugar o ENVE 2021,



Encontro Nacional de Veículos Elétricos que se pautou por um sucesso extraordinário dada a adesão de público ávido de saber todas as novidades desta aposta na mobilidade elétrica.-----

Uma realidade dos nossos dias que, cada vez mais, ganha adeptos em toda a parte. Estes veículos estão a mudar a forma como nos deslocamos, como vivemos e como olhamos o futuro, a qualidade do ar que respiramos, do ambiente que nos cerca.--
Numa palavra: Uma, cada vez maior preocupação, com as questões ecológicas, que devem fazer parte das nossas preocupações diárias.-----

Há cada vez mais opções à disposição dos interessados na mobilidade elétrica, que vai desde as bicicletas aos transportes públicos. E é cada vez mais frequente depararmo-nos com bicicletas, trotinetes e até motas elétricas, que transitam nas estradas, ciclovias ou passeios.-----

Este Encontro Nacional de Veículos Elétricos 2021, que se realizou no dia 06 de junho na nossa cidade, excedeu todas as expectativas, pautando-se por um enorme sucesso.-----

Henrique Sanches, Presidente da UVE, Associação de Utilizadores de Veículos Elétricos, a entidade organizadora, num balanço feito ao Watts On, escassos momentos após o fecho, já estimava que possam ter estado mais de 15 mil pessoas nos dois dias desta mostra.-----

Todos os que acorreram a este fantástico evento puderam ver 623 veículos elétricos, 64 marcas em 60 expositores, entre as várias opções de veículos, soluções de carregamento e serviços disponíveis para a mobilidade elétrica.-----

Fizeram-se centenas de Test-Drives. Houve um desfile de 98 veículos elétricos, vários debates, esclarecimentos entre interessados, utilizadores e todas as explicações para a Mobilidade Elétrica.-----

Contou-se também com a presença do Campeão Mundial da ABB Fórmula E, António Félix da Costa e do carro da DS Techeetah Fórmula E Team.-----

Portanto, um grande sucesso, que superou todas as expectativas.-----

Esta é deveras uma vertente de extraordinário potencial, a par de outras para fazer face aos graves problemas do Ambiente, no nosso planeta."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O Encontro de Veículos Elétricos faz parte da aposta do Concelho e da Câmara Municipal no sentido de aumentar o nosso contributo para a descarbonização, e esperamos que tenha sido um estímulo nesse sentido.-----

Permitam-me também dizer-vos que, nesse evento, foi apresentada uma coluna



modelo de iluminação pública desenvolvido pelos nossos técnicos, que permite democratizar o acesso aos carregamentos lentos para quem vive em zonas que não tenha possibilidade de ter uma garagem ou um pátio onde possa fazer o carregamento.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

B - ABANDONO DA SESSÃO DE 30 DE ABRIL DE 2022, EM PROTESTO, POR PARTE DOS MEMBROS DO GRUPO MUNICIPAL PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, confesso que tinha uma ligeiríssima esperança que V.Exª tivesse uma palavra sobre o ato lamentável ocorrido na última sessão da Assembleia Municipal, mas, infelizmente, esqueceu-se...-----

Um presidente de uma Assembleia Municipal deve dirigir os trabalhos de forma ética, diligente, respeitadora, agindo sempre com um ponto de equilíbrio e conciliador por forma a ser respeitado por todos os deputados municipais e partidos políticos aqui representados.-----

Na última Assembleia Municipal, V. Ex.ª ao efetuar um ataque pessoal, repito pessoal, ao líder do grupo municipal do Partido Social Democrata com expressões mal-educadas, descabidas, pouco dignas, denegriu a função de Presidente da Assembleia Municipal, pelo que não merece a nossa confiança e respeito no exercício dessas funções.-----

Todos nós erramos e não fica nada mal assumir isso e apresentar um pedido de desculpas. Todavia, compreendemos que nem todos têm essa humildade.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: “Falando sobre ética, eu sei do que vou falar porque até sou professor de Filosofia, com um Doutoramento em ética, na área da Filosofia. A ética é para todos! E eu não me lembro de posturas humildes de ninguém depois daquela falta de educação para com o Presidente da Assembleia que aconteceu nesta Assembleia Municipal em dezembro.-----

O Presidente da Assembleia Municipal é o representante de todos nós, é o ícone que merece o respeito e a consideração, e não vi ninguém, repito não vi ninguém, dirigir-se a si e, humildemente, reconhecer a falta de educação daquele membro da Assembleia. Alguém me pode dizer se tal aconteceu? Pode ser que eu tenha já



alguma falha de alguma doença, ou alguma demência, mas não vi ninguém dirigir-se a si.-----

Ética é para todos! Todos temos de respeitar e temos de ter ações de convivência mútua e de respeito com as entidades e com as pessoas que representam as entidades e as instituições.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: “O deputado municipal Manuel Rascão Marques utiliza uns termos, fala de uma maneira e com uma agressividade que não resolve problema absolutamente nenhum. Não diz, efetivamente, os problemas de que quer falar, apenas agride, agride.-----

E muito sinceramente, a maneira como se dirigiu ao Presidente da Assembleia Municipal é inadmissível pelos adjetivos utilizados.-----

Não estive aqui, não sei o que se passou, mas conheço o Presidente da Assembleia Municipal, a maneira como atua, como lida com as pessoas e como tem dirigido as Assembleias Municipais. É absolutamente inadmissível! E, neste momento, eu perguntaria: Quem é que tem de apresentar um pedido de desculpas a quem?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “Permitam-me fazer aqui uma intervenção em defesa da honra.-----

Deputado municipal Manuel Rascão Marques, sabe o que é uma conferência de líderes? É o órgão consultivo do Presidente da Assembleia Municipal.-----

A importância do seu colega e amigo, Teotónio Jesus Cavaco, é grande como deputado municipal, a importância que eu tenho como deputado municipal também é grande, mas é incomensuravelmente menor do que a importância da Assembleia Municipal da Figueira da Foz.-----

Há sítios próprios para se discutir aquilo que levou o deputado municipal Manuel Rascão Marques a fazer uma intervenção ao nível da agressão e da ofensa. E eu não vou aí, porque ir aí é estar ao seu nível, ao nível da ofensa.-----

Naquela conferência de líderes, antes da sessão da Assembleia Municipal de 30 de abril, expliquei ao líder do seu grupo municipal as razões pelas quais era impossível a transmissão em direto da última sessão, designadamente, o desenvolver do processo de aquisição da câmara de filmar para o efeito, e a obtenção do parecer do Encarregado de Protecção de Dados (Data Protection Officer) do Município da Figueira da Foz. Sublinho que esta último só nos foi entregue no dia 16 de junho. Mais, hoje estamos a trabalhar com uma câmara de



filmar cedida pela empresa a quem adjudicamos a aquisição de uma idêntica, porque devido à pandemia a entrega deste tipo de material está muito atrasada.-- Fomos incansáveis, e eu disse ao seu líder, que não fora possível reunir todas as condições para transmitirmos em direto a nossa sessão de abril.----- O que fez, então, o seu líder? Veio naquela sessão da Assembleia Municipal lamentar o facto de em 30 de abril de 2021 e, apesar de todos os esforços, pedidos e promessas, a sessão ainda não estar a ser transmitida via streaming, acrescentando desconhecer as razões pelas quais isso acontecia.----- Senti-me humilhado, vexado e injustiçado, porque ele colocara-me a questão na Conferência de Líderes e eu tinha-o esclarecido.----- Por isso, em que é que eu vos ofendi? Exaltei-me, mas não disse mentiras! É que as verdades às vezes ofendem..."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "V. Ex.^a na última Assembleia e está transcrito na ata, atacou pessoalmente, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, o líder do grupo municipal do Partido Social Democrata.-----

E se isto não é má educação e incorreção, vou ler-lhe o que disse: «...um dia o senhor deputado vai ter medo da sua sombra, porque até a sua sombra o vai assustar...», e depois disse assim: «...Deixe-me só dizer-lhe isto senhor deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco - neste momento, quando me diz que é com todo o respeito, eu entendo que é com todo o desrespeito...», e ainda por cima termina: «Muito bem, muito obrigado. Se era para isso podia ter ficado calado senhor deputado».-----

E isto não é falta de respeito senhor Presidente? Eu hoje não lhe faltei ao respeito, disse-lhe aquilo que pensava enquanto no exercício do seu cargo, não me referi à sua pessoa. Agora, o senhor referiu-se à pessoa do líder do Partido Social Democrata."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Este assunto vai efetivamente ser esclarecido, mas no sítio certo. Sabe porquê senhor deputado? Porque o meu pai aprendeu a ler e a escrever na tropa, a minha mãe ensinei-a a fazer o nome tinha eu doze anos, e o meu pai dizia-me «tu tens de ser um homem bom, tens de ser um homem de bem, tu tens de julgar os outros à tua imagem e semelhança, porque se tu não julgares os outros à tua imagem e semelhança um dia tens medo da tua sombra».----- É isto que eu aprendi de um homem que aprendeu a ler e a escrever na tropa e de



uma mãe analfabeta."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

C - BYPASS MÓVEL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Na última Assembleia Municipal questionei o executivo acerca do bypass móvel no 5.º molhe, e o Presidente da Câmara referiu terem sido indicadas as datas de maio/junho em sessão pública e que, nessa altura, conversaríamos. Então? Estava a referir-se unicamente à colocação dos tubos em monte? Ou que estaria em funcionamento?-----
Estamos no último dia de junho. A situação como bem sabe é preocupante. O que se espera?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O bypass já devia estar instalado e a carregar areia, mas está atrasado deputado municipal Manuel Rascão Marques. Já falei com a Agência Portuguesa do Ambiente, e nesta ou na próxima semana deslocar-se-ão à Figueira da Foz.-----

Espero que antes do próximo inverno esteja a funcionar."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Acho incrível que ponha em causa a minha preocupação sobre o Bypass do 5.º Molhe. Falei nisto aqui na Assembleia Municipal passada e já falei por outras vezes, daí achar inadmissível essa sua ligeireza a responder-me sobre esta matéria.-----

É um assunto que preocupa por causa das gentes daquele local. Nós sabemos, estivemos lá e vimos como aquilo está. É inquietante, é uma questão da defesa do património e das pessoas, principalmente, das pessoas que ali habitam. Por isso, não percebo que venha aqui brincar, no que diz respeito à minha pessoa, claro, com este assunto sério."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Pode estar à vontade, eu consigo não vou brincar, porque nenhum dos dois tem idade para brincar, e eu também quando brinco é com quem quero. E não respondi com ligeireza.-----

Eu respondi-lhe que estava atrasado. Já o disse em reunião de Câmara. Ainda hoje tivemos uma conversa com a Agência Portuguesa do Ambiente para saber o ponto da



situação do processo. Tem de ser colocada areia em cima de uns sacos antes de outubro. Deveria ser em junho, mas não foi!-----
Mas os senhores falam, falam, falam e não percebem que há uma pandemia, há falta de materiais, o aço aumentou 300% e as empresas encerram..."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

D - PISCINA MAR

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Piscina Mar, continuamos de anúncio em anúncio e até não se fazer nada!!!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Piscina Mar, pois, vinte anos! Eu herdei este dossier já com barbas, mas é bom que se diga que foi um executivo do Partido Social Democrata que deitou abaixo a prancha de lançamento, e aprovou demolir a piscina.-----

E durante anos nada foi feito! Agora, que algo está a ser feito, estamos a ser questionados.-----

Pois bem, já foram entregues as especialidades. Foi feito algo mais do que nestes outros doze anos atrás e, repito, não fomos nós que deitámos abaixo a prancha, nem fomos nós que aprovámos em reunião de câmara a demolição daquele espaço."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Senhor Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz vir aqui falar que há não sei quantos anos alguém decidiu tirar a prancha da Piscina Mar!!! Então, mas o Partido Socialista queria destruir o Mercado Municipal, queriam lá colocar um edifício de oito andares!!!"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

E - EDIFÍCIO "O TRABALHO"

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Na última sessão desta Assembleia Municipal, o Partido Socialista, através do deputado municipal Nuno Melo Biscaia, congratulou-se com a tão desejada requalificação urbanística e com o início da sua recuperação. Será que a requalificação deste edifício se traduziu apenas na colocação de andaimes com uma rede, para fazer de conta?! Depois das eleições continuará tudo



na mesma?!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O edifício «O Trabalho», e edifício das Freirinhas, também os herdei com barbas.-----

No caso do edifício «O Trabalho» foi levantada a licença. Mas como sabem, nós estamos num período de pandemia, e o período de pandemia não é uma coisa boa, de outra maneira, não se chamava pandemia.-----

Temos esse problema: há falta de pessoal, as empresas estão a trabalhar menos, os custos dos materiais estão a aumentar. É verdade! Até há falta de madeira, sabia deputado municipal Manuel Rascão Marques?-----

Agora, eu até fiquei admirado de não perguntar pelo Palácio Conselheiro Branco, pela Quinta das Olaias, pelo Quartel dos Bombeiros Municipais, recentemente intervencionado, pelos Centros de Saúde e pelas escolas que a Câmara Municipal requalificou, pelo Estádio Municipal, pelas estradas abandonadas, pela Praça do Forte, pelo Mercado Municipal Engenheiro Silva, pelo Parque Municipal de Campismo, pela entrada da cidade, pela Zona Industrial, pela habitação social, e, porque não, pelo ponto de situação da dívida!!!-----

Também gostava que me tivessem perguntado sobre isso tudo, mas não perguntaram. - Voltando um bocadinho mais atrás, também já agora lembrar a Zona Industrial como estava degradada, abandonada, com problemas de águas pluviais.-----

Quero elogiar o trabalho de alguns Vereadores da Oposição, alguns Vereadores de Movimentos, como o Movimento Figueira 100% e de membros da Assembleia que, numa altura muito difícil, ajudaram e votaram favoravelmente o Plano de Saneamento Financeiro, que foi a mãe de todas salvaçãoes e nos permitiu hoje avançar com estas obras todas.-----

E permitiu que as empresas hoje recebam a dezanove dias, e tivessem resistido mais a esta pandemia. Não se esqueçam, no passado recebiam, em média, a duzentos e quarenta dias e, entretanto, já tinham pago o Imposto sobre o Valor Acrescentado daquilo que era faturado, porque havia coisas que não eram faturadas. É verdade!-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Depois, há outras questões efetivamente. O Estádio Municipal, mais uma obra que nunca mais acaba. Já na última Assembleia Municipal falei disso, trabalham três dias, está uma semana parada. É a pandemia! A



pandemia é um pano de desculpa para tudo e mais alguma coisa.-----
Zona Industrial, pois eu sei bem da Zona Industrial do Pincho. Vemos o que têm
feito, o que aconteceu à Zona Industrial de Ferreira-a-Nova, e o que está no
plano da Zona Industrial do Paião.-----

Depois, quanto a mim, fez uma afirmação grave, ao dizer que havia coisas que não
eram faturadas.-----

Eu espero que tenha denunciado isso às autoridades competentes, seja o Tribunal
de Contas, seja o Ministério Público, qualquer uma, agora, vir para aqui lançar
uma frase dessas não fica bem a um Presidente da Câmara."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Zona Industrial do Pincho, se houver interessados está
pronta, a da Ferreira-a-Nova temos de alargar, mas está pronta, e na do Paião
temos a empresa Socitop a instalar-se.-----

Não tivemos dinheiro para comprar os terrenos todos, é verdade, mas o senhor
sabe porquê."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando
Correia.-----

JOSÉ FERNANDO CORREIA: "Não há dúvidas nenhuma sobre aquilo que o Presidente da
Câmara afirmou.-----

Eu convido o deputado municipal Manuel Rascão Marques a ler o Relatório que o
Tribunal de Contas elaborou sobre a Conta de Gerência do Município da Figueira
da Foz de 1999, portanto, mandatos do Partido Social Democrata. Bem sei que não
é exatamente o mandato daquele que é agora o candidato oficial do Partido Social
Democrata, mas seja como for, leia o Relatório e veja o que foi feito com um
determinado conjunto de despesas e os documentos que titulavam essas despesas."--

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

F - COLÉGIO DAS FREIRINHAS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão
Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "O edifício conhecido pelo Colégio das Freirinhas é uma
vergonha! O que é que V.Ex.ªs já fizeram para obrigar o proprietário a encontrar
uma solução para aquele imóvel?-----

No centro da Cidade, junto ao Mercado, cheio de bicharada e lixo! Estamos
perante uma questão de saúde pública!!!-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



G - QUALIDADE DE VIDA/OBRAS EM BUARCOS, NO CASCO VELHO E NO CABEDELO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Ficámos satisfeitos pelo facto do Presidente da Câmara, Carlos Monteiro, ter sido capaz de reconhecer nos seus cartazes de candidatura que a Figueira da Foz merece mais qualidade de vida. Tem toda a razão! Mas deveria ter acrescentado mais uma frase: «Figueirenses, desculpem-me, ter contribuído para a degradação da nossa qualidade de vida».-----

Senão vejamos: obras em Buarcos inacabadas, com derrapagem orçamental e com uma utilidade duvidosa; obras do casco velho da cidade inacabadas, inúteis, a criar constrangimentos, a prejudicar residentes; comércio com alguns encerramentos; dificuldades no trânsito, criando mais pontos de conflito e com derrapagem orçamental.-----

Obras no Cabedelo desnecessárias, criadoras de desemprego, quiçá afastadoras de turistas, pelo menos, fará o afastamento do mar, com derrapagem orçamental. Tudo obras com a desculpa da redução da pegada ecológica, mas que estranho ... há mais betão?!-----

Não há uma solução concelhia para os transportes públicos, esses sim podem ajudar a redução de tráfego de viaturas, diminuindo-se a poluição.-----

Tantas obras e não se olha para o crime ambiental dos óleos colocados a céu aberto, a correr para o rio nos armazéns de apresto do Porto de Pesca da Administração do Porto da Figueira da Foz, armazéns esses sem telhados e que muitas vezes abrigam quem não devem, porque estão ocultados por outros, entretanto, construídos. E V.Ex.ªs nada dizem! Talvez por se tratar do Estado, se fossem particulares...-----

Todas estas obras mostram a falta de planeamento, maus projetos e uma falta de ideia de progresso sustentável ambientalmente e económico, situações diversas de desleixo, depósitos de lixo, ruas sujas e em mau estado de conservação no nosso Concelho.-----

É esta a qualidade de vida que deixa aos figueirenses e da qual devia pedir humildemente desculpa. O que vale é que há uma Figueira de futuro!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Matias Tavares.-----

JOSÉ MATIAS TAVARES: "Nunca pensei que o meu camarada e amigo, Fernando Martins Lopes, tivesse a intervenção que teve, e eu subscrevo-a, totalmente.-----



E digo mais, falou em Galileu Galilei, e eu nem sequer arrisco a ir por aí pois, não tenho a instrução de um professor, um catedrático. É a minha humildade e os meus conhecimentos de vida que me fazem falar desta forma.-----

Em tempos, havia um programa de televisão «Circulatura do Quadrado», do meu ponto de vista interessante e onde se discutia política com comentadores de várias forças políticas.-----

Infelizmente, agora na Figueira está a acontecer a «Circulatura do Triângulo». Eu já vos explico à minha maneira, não quer dizer que geometricamente isso seja assim.-----

A Figueira, felizmente ou infelizmente, está a ser atacada por um vírus ou por uma variante, se quiserem, o «Triângulo das Bermudas», quando chega lá o temporal ninguém se entende.-----

No triângulo constam: os burros ou os menos inteligentes, os inteligentes e o Facebook.-----

Eu, sem querer ofender o Presidente da Câmara, os autarcas ou ninguém, explicaria assim: antigamente os burros andavam nos caminhos ou nas fazendas, agora, pela ideia do Partido Social Democrata, os burros estão todos nas Autarquias... Todos!-----

O Presidente da Câmara não é inteligente, os Presidentes de Junta não são inteligentes. Desculpem chamar burros, um termo que se pode tornar ofensivo, mas o burro é um animal nobre que tanta porrada leva.-----

Há o Facebook, onde nós sabemos que está lá tudo, e há os inteligentes.-----

Se calhar, os inteligentes não estão no Partido Social Democrata, penso eu, ou então estarão, e estarão muitos de certeza absoluta. Porque se fossem inteligentes.... Isto é uma resposta ao ataque de há pouco. Devem-se ter apercebido como eu, quando o deputado municipal do Partido Social Democrata se referiu ao outdoor da nossa candidatura, pergunto: onde está a inteligência para ir buscar candidatos de fora da Figueira da Foz? Será que cá não há pessoas competentes para ir a eleições? Será que têm receio de assumir aquilo que fizeram no passado?-----

Foram dívidas, foi trabalho por fazer, foram famílias que foram para o desemprego e passaram fome, foram pequenas empresas que morreram por causa da vossa gestão. Por isso é que foram buscar candidatos de fora, porque não têm competência! Agora será que esses inteligentes descobriram a pólvora para a Figueira da Foz?!-----



Eu sei, está a olhar para mim e a rir querendo desorientar-me como é seu hábito... Há um tema dos Madredeus «A Barca da Fantasia», e vocês andam a navegar nela. Embarquem na Barca da Realidade e aí terão outra postura.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “As obras em Buarcos, goste-se ou não se goste, estão feitas.”-----

A obra do Casco Velho correu mal, é verdade! São as vicissitudes da contratação pública. Convosco, menos probabilidades haveria de ter corrido mal e menos coisas correriam mal, porque só corre mal a quem faz. É verdade!-----

Dificuldades no trânsito? Diga-me onde?-----

Obras no Cabedelo desnecessárias, só se for por proveito pessoal. Só se for isso que querem dizer. Porque estava lá um Parque de Campismo vergonhoso, que mais parecia um bairro da lata.-----

Hoje, a Quicksilver e a Billabong procuram um espaço para se instalarem.-----

É evidente, que pessoalmente alguns tiveram algum problema, mas todos os espaços lançados por nós a Concurso Público tiveram dois ou três interessados. Portanto, está essa desgraça senhor Deputado! Eu percebo os seus olhos...-----

Não percebi a intervenção relativamente armazéns de apresto do Porto de Pesca.--

Percebi «A Figueira com mais Qualidade» e a «Figueira do Futuro». Percebo que a sua intervenção de hoje seja uma intervenção com âmbito eleitoralista. Percebemos todos.-----

Mas há uma coisa que me preocupa, quando nesses cartazes e nesses comunicados se escreve qualquer coisa como isto: «Temos defendido que a Figueira da Foz precisa de se relacionar melhor com a sua costa. As praias têm de melhorar a qualidade e não piorar, como é evidente que aconteceu...», podemos falar sobre o assunto, «... e na zona ribeirinha temos de conseguir mudar o paradigma, retirando dali os serviços portuários comerciais, que podem ir para a outra costa...», diria eu para a outra margem, talvez fosse isso que quisessem dizer, «... e criando uma verdadeira oportunidade de requalificação urbana».-----

Não percebo a vossa preocupação com o bypass porque aquilo que não querem é para o outro lado. Senhores Presidentes de Junta da zona Sul, aquilo que não serve vai para outra costa, para outra margem. Portanto, não percebi bem a vossa preocupação com o bypass, mas entendo que vocês estejam preocupados com a intervenção no Cabedelo porque, na verdade, estamos a valorizar aquela zona e esse dinheiro devia ter sido gasto noutro sítio. Percebo.-----



Senhores Presidentes de Junta da zona Sul estejam atentos, aquilo que não serve vai para outra costa, nem é margem!-----

Ruas sujas - quando tomámos posse não tínhamos varredoras, não tínhamos homens, não tínhamos nada! Estão bem melhor do que estavam! E, simultaneamente, pagámos sessenta milhões de dívida, seis milhões por ano, aproximadamente.-----

Portanto, relativamente a este assunto pouco mais tenho a acrescentar.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Falando-se de intervenções em ambiente eleitoralista, o Presidente da Câmara deu aqui a maior lição nesta sua intervenção. Efetivamente, o senhor está em ambiente eleitoralista. Esqueceu-se que está no poder há doze anos, com responsabilidades, e as suas como vice-presidente, como presidente, e como Vereador das obras. Não se deve esquecer disso.-----

E vou-lhe lembrar o que disse o seu líder partidário, atual Primeiro Ministro, Dr. António Costa, quando se dirigiu aos jovens socialistas exortando-os a envolverem-se mais na política e no que ela afinal tem de mais importante «A resolução dos problemas do dia a dia das pessoas e a antecipação dos problemas do futuro, que os jovens terão de enfrentar amanhã».-----

O Partido Social Democrata foi poder e o povo decidiu que não deveria continuar, escolhendo o Partido Socialista para comandar os destinos deste Concelho. Ora, V. Ex.ªs foram eleitos para resolver os problemas, não foi para estarem sistematicamente a fazer choradinho. Se não são competentes demitam-se, se se acham competentes, têm é de resolver os problemas. E é isto que o vosso Presidente partidário vos diz nesta intervenção. É para isso que os senhores cá estão.-----

Agora, também lamento que o senhor não diga quem lançou as obras do Quartel dos Bombeiros, do Mercado Municipal e da Praça do Forte. Era bom que dissesse quem lançou estas obras. Se foram os senhores?-----

Se não faço mais perguntas é porque tenho a ditadura do tempo, provocada pelo Regimento que V.Ex.ªs aprovaram e, portanto, as perguntas vão sendo feitas nas várias Assembleias Municipais, e sempre que há oportunidade eu fá-las-ei. Porque, eu estou aqui para questioná-lo e para ouvir as suas respostas. E é para isso que o senhor aí está também. Nós estamos aqui com a função de fiscalizar a vossa intervenção. Não estamos aqui só para bajulá-lo.-----

Eu não falei dos transportes flexíveis aliás, já tivemos uns transportes



flexíveis que falharam e, agora, alterou o sistema. Muito bem, é assim, falha-se, modifica-se, emenda-se!-----

Referi-me aos transportes públicos dentro da Cidade e desta para as Freguesias.- Isso está parado! Vamos estar à espera que a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra um dia qualquer nos dê atenção?!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Senhor Deputado, eu não me esqueci que estou há doze anos no poder e, nestas eleições, vou lembrar o povo que estive 12 anos no poder, associado às obras que foram feitas, claro! Vou recordar as melhorias na Educação, Saúde, redes nas escolas, Centros de Saúde, no Largo da Feira de Maiorca, etc., etc., etc..."-----

Afirmou, ainda: se não são competentes demitam-se! Pois, vai esperar sentado! Eu fui eleito pelo povo e só o povo me tira daqui.-----

Quanto aos transportes públicos, vai ser lançado um Concurso pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra para a área da Comunidade, e os transportes flexíveis são um complemento aos transportes públicos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.-----

JOSÉ FERNANDO CORREIA: "Ainda bem que foi o Dr. António Costa a dirigir-se a um conjunto de jovens exortando-os a participar na política, porque se fosse o deputado municipal Manuel Rascão Marques, os jovens fugiriam todos a sete pés perante uma exortação desse género."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Proferiram-se publicamente afirmações sobre a Figueira da Foz ser uma Cidade suja. Suja?! Deputado municipal Manuel Rascão Marques, pergunte aos serviços quantos varredores tinham na altura, quantas varredoras e equipamento tinham e em que estado.-----

Hoje, temos varredoras e equipas para trabalhar na zona urbana e na zona rural. Para nós, o Concelho é uno e coeso.-----

Felizmente, a memória de algumas pessoas é mais longa do que a sua, mas dou-lhe razão! A cidade ainda não está impecável! Mas vai ficar! Não tenha dúvidas!-----

E até gostaria, não sei se teremos essa oportunidade, de vê-lo desse lado a dar-nos os parabéns pela maneira como continuámos a melhorar a Cidade e o Concelho."

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

H - ABERTURA AO PÚBLICO DA QUINTA DAS OLAIAS



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Adelaide Carraco Reis.-----

ADELAIDE CARRACO REIS: "Felicito o executivo pela recente abertura da Quinta das Olaias no passado dia 24 de junho, dia da Cidade.-----

Este imóvel construído no século XVII, classificado de interesse municipal, que integra um conjunto arquitetónico de grande valor histórico e beleza incontornáveis, poderá agora ser fruído pelos cidadãos figueirenses e pelos que nos visitam, reforçando a nossa capacidade turística, tornando-se, assim, em mais um excecional espaço cultural para o Município.-----

Alberga uma exposição de João Reis que pode desde o pretérito dia 24 ser visitada e que está organizada em temáticas: mar, paisagem e retrato, com doze obras do autor que são pertença do acervo municipal e outras cedidas por Carlos Silva Reis, neto do artista plástico.-----

É importante enfatizar que o Município tem investido na valorização e requalificação dos espaços da Quinta das Olaias, desde a conservação e exposição de bens móveis e obras de arte, melhores acessibilidades e prevenção contra incêndios, de modo a proporcionar melhores condições a quem possa usufruir deste espaço.-----

Por último, salientar a proximidade destes dois outros espaços de fruição pública: o Centro de Artes e Espectáculos e o Museu Municipal que a par do Parque das Abadias gozam agora de um novo espaço com proveito exterior, que vai potenciar ainda mais uma das zonas antigas da cidade, expressando assim uma maior unidade e entidade cultural."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Deputada municipal Adelaide Carraco Reis, hoje a Quinta das Olaias está valorizada, mas ainda lá falta gastar-se um valor significativo."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

I - ABERTURA DO QUARTEL DA IMAGEM

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Adelaide Carraco Reis.-----

ADELAIDE CARRACO REIS: "O Quartel da Imagem, sito no Largo Padre Arménio Marques, outrora Quartel dos Bombeiros Municipais, instalações que acolheram esta corporação municipal desde 1865 até 2015, foi inaugurado no passado sábado dia 26 de junho reconvertido numa nova valência multifuncional.-----



A criação deste espaço cultural visa estrategicamente a instalação e acolhimento de atividades relacionadas com a imagem, a fotografia e o cinema entre outras produções artísticas.-----

Neste sentido, pode usufruir-se a partir de agora de um arquivo fotográfico e filmográfico, um espaço de Coworking, duas salas de exposições, uma biblioteca, uma sala de reuniões e projeções, uma sala de consulta, laboratórios, áreas técnicas e arrumos.-----

O Quartel da Imagem tem atualmente patente duas exposições assinadas pelo mestre António Viana, uma dedicada ao parque cine, e outra a Manuel Santos, fotógrafo e cineasta amador responsável pelo primeiro filme promocional da Figueira da Foz - «Figueira da Foz, a Rainha das Praias Portuguesas».-----

Este espaço teve obras de requalificação orçadas em quase um milhão de euros, investimento financiado a 85% pelo Programa Operacional Regional do Centro, promovendo a reabilitação de edifícios municipais que visam a promoção da regeneração da zona.-----

Assim, o Quartel da Imagem torna-se em mais um polo agregador e atrativo capaz de instigar quem procure um espaço cultural com esta vertente digital, uma aposta diferenciadora e sólida nas políticas públicas.-----

Felicita-se, pois, o executivo por mais esta realização estratégica tão enriquecedora para a Figueira da Foz."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O Quartel da Imagem era o Quartel dos Bombeiros Municipais e, na altura, tinham condições e material obsoletos, e o intuito do executivo camarário, à época, era a sua extinção!-----

O Quartel da Imagem surge também dentro da perspetiva de regeneração daquela zona, vem dar um contributo e ampliar o nosso Núcleo Museológico, que pode ter um vértice no Castelo Engenheiro Silva, outro na Quinta das Olaias, outro no Quartel da Imagem ficando no meio o Museu e a Biblioteca Municipais."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "O Presidente da Câmara Municipal afirmou que anteriormente o Quartel dos Bombeiros Municipais estava destinado a coisas muito horríveis. Pois bem, nós não temos nada a ver com isso, porque somos perfeitamente inocentes."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

J - CAPITÃO DE ABRIL DINIS DE ALMEIDA



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal António Simões Jesus.-----

ANTÓNIO SIMÕES JESUS: "Hoje vou falar um pouco do 25 de Abril, de pessoas ligadas ao 25 de Abril e à nossa Cidade. E vou recordar uma pessoa que nos deixou no passado dia 17 de maio do corrente ano, vítima também do Covid, o Capitão Dinis de Almeida, falecendo já na qualidade de Coronel, reconhecimento que lhe foi apenas atribuído em 2003.-----

O Capitão Dinis de Almeida, foi o homem que tomou na noite de 24 de abril os quartéis do Regimento de Artilharia Pesada 3 e do Centro de Instrução de Condução Auto 2 da Figueira da Foz.-----

Após a tomada de posse dos quartéis, rumou direito a Caldas da Rainha e aí com outra equipa de soldados foi até ao Forte de Peniche, que tomou, tendo libertado os presos políticos ali encarcerados. De seguida dirigiu-se para Lisboa. Foi um homem que esteve ligado à Figueira da Foz, um homem a quem Portugal e a revolução de Abril muito deve, e até hoje ainda não lhe foi reconhecido o devido valor.-----

Gostaria muito e seria uma honra que a Figueira da Foz um dia pudesse reconhecer este homem de Abril, este capitão que muito contribuiu para a Revolução dos Cravos, já que têm sido feitos alguns murais alusivos ao 25 de Abril donde constam pessoas que nada têm a ver com o 25 de Abril, e este homem lutador do 25 de Abril, não consta até hoje em nenhum deles, nem lhe foi dado o reconhecimento do seu devido valor.-----

Sublinho também que este homem foi um dos fundadores da Associação dos Deficientes das Forças Armadas e, portanto, merece ser reconhecido.-----

Outros também participaram no 25 de Abril, pessoas, políticos, importantes portugueses que estavam presentes, que contribuíram para a dinamização e divulgação do Movimento das Forças Armadas junto das populações rurais. Entre eles destaco o Alferes Jaime Gama, que estava nesse período também a cumprir o serviço militar no Centro de Instrução de Condução Auto 2.-----

Quando um dia a Cidade da Figueira da Foz quiser homenagear os militares de Abril, espero que se lembrem do Capitão Dinis de Almeida.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Estou completamente de acordo com a intervenção do deputado municipal António Simões Jesus sobre o Capitão de Abril, Dinis de



Almeida."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Para além de concordar vivamente com a intervenção do deputado municipal António Simões Jesus, do Partido Socialista, a Coligação Democrática Unitária agradece de coração esta lembrança há tanto devida."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Deputados municipais, António Simões Jesus e Maria Adelaide Gonçalves, o executivo municipal aprovou um Voto de Pesar ao Capitão de Abril Dinis de Almeida numa das últimas reuniões de câmara, e elogiou o papel que ele teve. Portanto, o executivo camarário não esqueceu Dinis de Almeida."---

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

K - OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA NACIONAL 109

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: "Eu fazia aqui uma certa analogia com o tempo de Galileu Galilei. Com o seu telescópio mostrava aos intelectuais de Pádua que, efetivamente, a lua não era perfeita como eles diziam. Não! Havia ali qualquer coisa. E ele convidava-os para observarem o telescópio para verem a verdade e a realidade, e eles negavam."-----

Galileu, infelizmente, teve de dizer: bom, mais cego do que os cegos não são aqueles que veem, são aqueles que não querem ver."-----

Em meu entender, está aqui a passar-se qualquer coisa de semelhante e eu como Presidente da Junta, contrariando as marés, não o considerando o homem do arauto da desgraça nem do infortúnio da Figueira da Foz, venho aqui representar os Tavadenses e agradecer-lhe as obras em curso entre a Estrada Nacional 109 e a Avenida Francisco Sá Carneiro, algo que os Tavadenses esperam há mais de vinte anos."-----

Sei de algumas personagens de Tavarede, que agora se chegam à frente para retirarem partido de alguma coisa, virem dizer que Tavarede está estagnado. Pasmem-se! Como é possível haver pessoas a dizerem e a fazerem estas afirmações gratuitas quando Tavarede tem tido a sua evolução e tem progredido!-----

Como bem sabem, aquela rotunda que está a ser realizada já é algo muito anterior àquilo que se aproxima em setembro ou em outubro, por isso, não há aqui projetos de futuros presidentes, candidatos por aí fora. Não!-----

Muito obrigado ao Presidente da Câmara Municipal, agradeço em nome dos



Tavaredenses a possibilidade de criar ali uma maior mobilidade, uma coisa boa, eliminar mortes que ali aconteceram e permitir que mantenha o epíteto: «Por uma Figueira com mais qualidade de vida», porque Tavadrede agradece esse epíteto.”---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Deputado municipal Fernando Martins Lopes, é evidente, já ninguém se lembra como era a Rua A Voz da Justiça, do Parque Municipal de Campismo abandonado, de toda aquela envolvente e do futuro Parque Urbano que hoje tem adquiridos dez hectares e há um pré-projecto. Ninguém se lembra...-----

Mas há de haver um tempo em que o pessoal se lembra, e há de haver um tempo em que o futuro de alguns é bem diferente do futuro da Figueira.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Permitam esta nota pessoal, raramente me senti tão bem numa Assembleia Municipal! É uma grande satisfação pessoal poder perceber que, finalmente, os figueirenses podem apreciar a qualidade dos trabalhos desta casa! Portanto, quem lá está fora a ver, finalmente, vai poder perceber como vai a política do seu Concelho.-----

E estou tão feliz que me permitam brincar, e vou brincar com o meu caro amigo e colega Fernando Martins Lopes. Meu caro, isto é uma brincadeira, está bem?-----

O seu doutoramento não foi na Universidade de Pádua, pois não? É que me parece que quem tem o binóculo somos nós. De facto, é preciso olhar, é preciso ver! E, finalmente, os figueirenses percebem que uma coisa é o manto, é a névoa que constantemente cai sobre eles dizendo «nós fazemos isto, nós fazemos aquilo, quando a realidade é bem diferente».-----

A realidade é uma Cidade suja, a realidade é uma cidade constantemente em obras, a maior parte destas obras completamente escusadas, obras para descarbonizar quando, afinal, estão a aumentar o betão.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

L - VACINAÇÃO CONTRA O COVID-19

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Christopher Maia Oliveira.-----

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: “Numa fase em que todo o país anda focado e a trabalhar de forma afincada no processo de vacinação contra a Covid 19, qual a taxa de vacinação realizada até ao momento no Concelho da Figueira da Foz?-----

Quantos profissionais de saúde estão afetos ao centro de vacinação alocado no Quartel da Guarda Nacional Republicana? E qual a taxa de adesão ao transporte



existente para os utentes se dirigirem a este centro de vacinação assim que o solicitem?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Eu também gostaria de saber qual a taxa de vacinação no Concelho."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Deputado municipal Christopher Maia Oliveira, fez-me uma pergunta difícil, tive de fazer um conjunto de telefonemas, mas também já estou habituado às suas questões difíceis e à pertinência com que as coloca.-----

45% com a primeira dose, mais de 30% com a segunda dose, já levaram a vacina mais de trinta mil e duzentas pessoas, no braço direito ou no esquerdo consoante a vontade das mesmas. Pessoal afeto à vacinação, temos dois médicos, nove enfermeiros, dois secretários administrativos e seis funcionários da Câmara a tempo inteiro, e ao fim de semana penso que só estão quatro.-----
Foram transportadas mais de seiscentas pessoas em veículos da Câmara Municipal, com os nossos funcionários, e todos os internados em lares e todos os acamados estão hoje vacinados."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

M - ATRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Christopher Maia Oliveira.-----

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Na sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2020 foi aprovado, por unanimidade, uma proposta de recomendação acerca da atribuição automática da tarifa social da água por mim apresentada.---
Essa proposta já teve algum avanço por parte do executivo camarário junto do concessionário Águas da Figueira, S.A.?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Tarifa social da água não foi possível ser automática, mas ela entra num dia no MyDoc, o nosso sistema de gestão documental, e sai nesse dia, sendo depois ratificada em sede de reunião de Câmara. Ou seja, não é automática, mas tem um despacho célere. Também lhe posso dar os números a curto prazo."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

N - REDE DE TRANSPORTE FLEXÍVEL NAS ZONAS RURAIS DO CONCELHO



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Christopher Maia Oliveira.-----

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Recentemente foi notícia a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra ir lançar um Concurso Público para uma rede de transporte flexível para as zonas rurais do Concelho da Figueira da Foz.-----
Quais os objetivos do presente projeto? Quando será lançado este Concurso Público? Qual o horário de funcionamento deste transporte flexível? E qual a modalidade de tarifário?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O Concurso para o transporte flexível vai ser lançado, vamos ter uma reunião com os taxistas, se não for esta semana na próxima, aqui no Centro de Artes e Espetáculos, e o preço, até lhe digo um pouco contra a minha ideia, é o preço do transporte público. É exatamente o mesmo.-----
Eu achava que devia ser um pouco mais para valorizar o transporte público, mas como é um projeto piloto e enquanto os transportes públicos não tiverem a cobertura necessária vai ser ao preço do transporte público. Portanto, o trajeto que pagaria no autocarro é o trajeto que vão pagar no transporte flexível."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

O - VIVA AS FREGUESIAS/DESCENTRALIZAÇÃO DAS FESTAS DA CIDADE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Andreia Santos Garcia.-----

ANDREIA SANTOS GARCIA: "É com enorme satisfação que o grupo municipal do Partido Socialista saúda este executivo pela descentralização das festas do nosso Concelho e da Festa de São João, provando mais uma vez que o Município vê o Concelho como um todo.-----

Com a iniciativa «Viva as Freguesias», em vez de as freguesias virem mostrar a sua gastronomia e as suas tradições à sede de Concelho, fazem-no nas suas terras, nas suas instituições, sendo assim possível concretizar as festas de forma descentralizada, sem grandes aglomerações e em segurança.-----

As serenatas, as caminhadas, as atividades culturais são apenas mais um motivo para promover o património cultural e a beleza natural de todas as nossas freguesias.-----

Embora este ano não possamos ter festejado o São João como todos estamos habituados, os desfiles das marchas, filarmónicas e dos gaiteiros pelas ruas da Figueira da Foz, assim como, o espetáculo pirotécnico de beleza ímpar pelas



praias do nosso Concelho, que o nosso executivo nos proporcionou, alegraram as nossas noites, deixando-nos esperançosos que para o ano já possamos festejar com toda a normalidade.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

P - DESPORTO NA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Rui Jordão Bronze.-

RUI JORDÃO BRONZE: “Venho aqui falar de desporto na Figueira da Foz. É uma área em que eu tenho particular interesse, porque faço disso a minha vida, nomeadamente, no mar, em desporto de ondas, desportos aquáticos, talvez alguns desportos de areia e, por aí fora.”-----

Numa pequena súmula podemos dizer que na Figueira da Foz tivemos o Allianz Figueira Pro, um campeonato de surf que faz parte do circuito nacional. É sempre bom termos um campeonato na Figueira da Foz, uma iniciativa deste tipo de atividades, porque existem sempre as duas vertentes - atleta ou participante versus espetador - e, por vezes, não pensamos nelas.”-----

Os campeonatos de surf trazem aos espectadores um bom espetáculo, há gente que gosta de ver o surf, mas enquanto praticante podemos ver como é que as coisas se fazem nas ondas, sendo um método muito bom de aprendizagem.”-----

Hoje em dia, já conseguimos quase aprender a surfar no Youtube, mas antigamente era nos campeonatos com idas a outras cidades ver como os outros faziam que aprendíamos alguma coisa.”-----

Tivemos dois bons resultados nos tops da Figueira, o Figueira Best Surfers, ganhos pelo Ivo Cação e pela Natasha. Para quem não souber, o Ivo Cação é um grande atleta da Figueira que foi participar numa etapa de Supertubos com o braço engessado e ficou em segundo lugar atrás de Tiago Pires.”-----

Tivemos também o projeto da «Caravana Surf No Crowd», que pretende mostrar os sítios onde normalmente não há confusão ou não existem multidões, não sendo um surf de competição, mas mais para famílias e amigos. Espero que nos demonstre a todos que há cantinhos na Figueira da Foz, do meu ponto de vista, maravilhosos e, desculpem-me lá o egoísmo, a merecerem serem nossos e com pouca gente.”-----

Aconteceu o projeto «Aprender com o Mar» em parceria com a Associação Bodyboard Foz do Mondego. É sempre bom dinamizar com as crianças e com os mais jovens do Concelho aspetos sobre a Biologia do mar e tudo o que nos preocupa sobre o mar, um tema muito importante porque nós tratamos muito mal o mar.”-----

Também não posso deixar de mencionar os grandes eventos em areia, como o Torneio



«Hugo Almeida Footvólei Cup» e o estágio da seleção de futebol.-----
Eu não dou tanta ênfase a estes espetáculos, mas são definitivamente bons e grandes para a Figueira da Foz.-----
Entretanto, foi inaugurado no areal da praia o polémico campo de Futgolf. Na minha opinião, naquela zona o importante é que se façam iniciativas desportivas ou culturais, sejam elas quais forem, ocupando-se aquele bocado de areia ganho ao mar e dinamizando-o.-----
Em princípio, vamos ter também o Madjer Youth Beach Soccer e a 11.ª edição do Figueira Beach Rugby, eventos bastante bem consolidados na Figueira da Foz, que atraem sempre muita gente e que interessa aproveitar.-----
Não posso deixar de referir os programas feitos ao longo do ano, tais como «O ciclismo vai à escola», o «Desporto para Todos», a recuperação e requalificação do campo de basquete da Ticha Penicheiro, onde eu joguei e esfolei os joelhos inúmeras vezes. É um excelente campo e foi uma excelente homenagem à Ticha Penicheiro, grande figueirense, não haja qualquer dúvida.-----
O Município concedeu ainda apoios monetários aos clubes, muito importante agora nesta altura da retoma desportiva.-----
Vamos ter a criação do Figueira Play, um canal no YouTube e Facebook que eu espero mostre a Figueira da Foz, os Figueirenses e os atletas Figueirenses.-----
Nós temos atletas muito bons na água! Posso-vos só contar aqui muito rapidamente o caso do Pedro Silva, um colega meu de infância, tem duas filhas que em 4 anos foram campeãs nacionais. Existe gente com muito valor na Figueira da Foz em termos de ondas, somos todos uns ganda malucos, gostamos mesmo é de água salgada e há que apoiar e levá-los onde for preciso para que sejam campeões nacionais.--
Uma referência ao facto de o Município da Figueira da Foz ter sido pelo terceiro ano consecutivo galardoado com o Prémio de Município Amigo do Desporto, e tal só faz jus ao valor do trabalho desenvolvido a nível do desporto no Concelho.-----
Nós, às vezes, localmente não sabemos apreciar tudo o que temos e é sempre bom quando vem um olhar de fora e diz: Sim senhor, esta cidade é amiga do desporto, sim senhor interessa fazer aqui desporto.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Deputado municipal Rui Jordão Bronze, em relação aos desportos de praia houve tempos em que nós éramos questionados pelos apoios dados aos desportos de praia. Daí os relatórios, quem é que estão a apoiar, digam lá?!-----



Hoje, felizmente, é uma fila na passadeira de candidatos a ir ver os desportos de praia. Felizmente elogiam os desportos praia.-----

Algumas coisas não nos correram bem, mas nesta estivemos na linha da frente. Transformámos a Figueira da Foz na capital dos desportos de praia.-----

Desportos de praia, surf, bodyboard, deslize, ancoradouros, muito tem sido feito. É evidente, quando se olha para o dedo não se vê Lua!!!”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Porque foi falado aqui dos desportos de praia, para o Râguebi de praia estão previstas, segundo vem na comunicação social, as presenças de quatrocentos e cinquenta praticantes, muitos deles estrangeiros. Como vem na comunicação social, também sei que os jogos não vão ser abertos ao público. Pergunto: os praticantes vão ser todos testados? Vai haver confinamento para os praticantes oriundos de países onde a pandemia está em situação grave?-- É que, atento ao que se passou em Lisboa e no Porto com manifestações desportivas importantes, não vamos nós regredir na questão da pandemia no nosso Concelho?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Perguntou-me se os participantes do Râguebi iriam ser todos testados. Eu não percebo, nos dias ímpares estamos na primeira fila a aplaudir os desportos de praia, nos dias pares estamos a questionar!!! O povo lê os dias pares e lê os dias ímpares...”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Eu não sei quem inventou esta expressão «Capital dos Desportos de Praia», mas isto é uma efabulação, só existe na vossa mente...----- Nós não somos contra os desportos de praia, nem contra o Râguebi. Eu fui jogador de Râguebi, quem me dera que houvesse mais râguebi e mais praia e mais desportos. Não é nada disso que estamos a falar.-----

Quando colocamos uma questão é para saber se todos os procedimentos estão a ser observados, para que a Figueira da Foz não seja um novo Porto depois da final da Champions, ou uma nova Lisboa depois das comemorações do Sporting Clube de Portugal, cujo clube, obviamente, saúdo pela conquista do Campeonato Nacional.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Q - PAÇO DE MAIORCA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide



Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Qual o ponto da situação do estudo sobre o Paço de Maiorca da responsabilidade do Grupo de Trabalho aqui constituído nesta Assembleia Municipal?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Temos um caderno preparado, não têm aparecido interessados, mas contrariamente aquilo que às vezes ouvimos aqui, nós estamos numa pandemia e não tem sido fácil atrair novos investimentos nesta área."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Quando falámos do Paço de Maiorca não nos estávamos a referir a novas oportunidades de investimento. A nossa pergunta foi: já há algum trabalho feito pelo Grupo de Trabalho constituído na Assembleia Municipal e que substituiu, entre aspas coloco eu, a auditoria independente que se pretendia."--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Eu tenho dificuldade em responder a essa questão, mas fiquei com a sensação que o Grupo de Trabalho não chegou a ser constituído. Pelo menos, ninguém pediu documentos. Creio que os únicos que se mostraram disponíveis para integrar esse Grupo de Trabalho foram os deputados do Partido Socialista, e as conclusões que tirassem seriam sempre questionadas."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Já agora só para clarificar - nós não propusemos um Grupo de Trabalho, portanto, não podíamos integrar algo que não propusemos. Por isso, agradecia algum rigor na argumentação ao Presidente da Câmara."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Christopher Maia Oliveira.-----

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Só mesmo para corrigir e esclarecer o Presidente da Câmara Municipal relativamente ao Grupo de Trabalho para o processo do Paço de Maiorca."-----

Tratou-se de uma proposta do Partido Socialista, para a constituição de Grupo de Trabalho, votada favoravelmente pelo Bloco de Esquerda, e que eu estaria disponível para integrar.-----

Na realidade, não foi constituído e isso já foge das minhas competências."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Antes de mais as minhas desculpas ao deputado municipal Christopher Maia Oliveira pelo meu lapso."-----



A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**R - LEI N.º 39/2021, DE 24 DE JUNHO - REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO
DAS FREGUESIAS**

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "No dia de São João saiu a Lei nº 39/2021. Fazendo a questão das freguesias parte do programa do Governo, não deixa de ser curioso o caminho que tem sido traçado pelo Partido Socialista na Assembleia da República. Depois do voto contra a iniciativa legislativa do Partido Comunista Português, o empurrar com a barriga - sendo esta lei publicada a 24 de junho nada se pode fazer porque faltam menos de seis meses para as próximas eleições autárquicas. Engenhoso, no mínimo, mas são práticas que não nos espantam, já não é a primeira vez!-----

Por outro lado, a lei parece-nos mais preocupada com as futuras novas agregações do que com a devolução das freguesias sonegadas lá atrás com a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica.-----

Uma das nossas grandes lutas é a reposição das freguesias, obviamente que não são todas, hão de ser aquelas que a população entender que lhes devem ser devolvidas.-----

E nós entendemos, também, que São Julião e Buarcos não estão satisfeitas com esta solução. É uma chatice ter São Julião pendurado na freguesia de Buarcos.---
Portanto, acho que devemos todos com calma e com muita paciência ponderar o que é melhor para todos. Basta ir-se a São Julião e ir-se a Buarcos para se constatar que as coisas estão muito complicadas. Torna-se necessário por a mão na consciência e ver se, de facto, foi feito tudo aquilo que deveria ter sido feito."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Matias Tavares.-----

JOSÉ MATIAS TAVARES: "Eu agi um pouco por impulso, mas não me arrependo nada disso.-----

Concordo com a deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves, quando se referiu a agregação das Freguesias de São Julião a Buarcos.-----

E se há alguém aqui nesta sala que esteve sempre na proa da embarcação a lutar para que a agregação não acontecesse, fui eu!-----

Que isto fique bem claro! Porque entendo que se deve servir os melhores



interesses, e não porque eu como presidente de Junta e o meu executivo não tenhamos feito um trabalho válido numa tarefa tão difícil.-----

Quero aproveitar aqui também para dar um abraço enorme aos Presidentes de Junta, a todos de Norte ao Sul do nosso Concelho, pelo trabalho, esforço e abnegação, dando o melhor de si em prol da comunidade, por vezes, tão incompreendidos pelo grupo municipal do Partido Social Democrata."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Falou aqui da legislação sobre as freguesias. Nós sabemos quem votou, quem propôs e quem legislou para que algumas freguesias fossem anexadas.-----

Nunca foi o Partido Socialista, nunca foi a Coligação Democrática Unitária, nunca foi o Bloco de Esquerda, justiça seja feita! Não fomos nós! Nós estivemos sempre do outro lado!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Quanto à Lei das Freguesias, eu pensei que nesta Assembleia Municipal os senhores já trariam uma proposta. Aliás, já houve uma vez uma intervenção, no Período do Público, de um membro da Juventude Socialista que veio falar precisamente da desagregação da Freguesia de Buarcos e São Julião.-----

Hoje, esperava, de facto, uma proposta para avançarmos e discutirmos esse assunto. Afinal, como diz a música «Paroles, paroles»!-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Não esteja à espera que tragamos aqui algo sem cumprir a Lei. Primeiro, teriam de ser ouvidas as Assembleias de Freguesia."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Nuno Melo Biscaia.-

NUNO MELO BISCAIA: "Esta sessão está a ser transmitida em direto e o Partido Socialista não pode sair daqui com a responsabilidade de não ter trazido já uma qualquer proposta para a desagregação de freguesias.-----

Nós sabemos muito bem quem é que nesta Assembleia Municipal, num outro mandato, foi o responsável pela infeliz, incaracterística e quase irracional agregação de freguesias neste Concelho.-----

Como o deputado municipal Manuel Rascão Marques deve saber, a Lei n.º 39/2021 foi publicada no dia 24 de junho, e entra em vigor 180 dias após a sua publicação, ou seja, no dia vinte e quatro de dezembro.-----



Somente depois da sua entrada em vigor as próximas Assembleias de Freguesia, ou seja, já depois do ato eleitoral, se poderão pronunciar sobre a sua vontade de desagregação.-----

Portanto, que irresponsabilidade o deputado municipal Manuel Rascão Marques queria que o Partido Socialista acarretasse para esta Assembleia Municipal? Seria já uma proposta de desagregação de alguma Freguesia sem obedecer aos trâmites legais?-----

Temos de ser sérios nas nossas intervenções e cumprir o legalmente estabelecido. Estamos num período complicado, o eleitoralismo, neste momento, é muito, mas entendo que devemos ter o bom senso de ser racionais e sérios para quem nos escuta."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

S - SUPERMERCADOS NO CONCELHO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "A cidade da Figueira da Foz já é conhecida em muitos sítios como sendo a Cidade dos supermercados, e nesta matéria gostaria de colocar algumas questões-----

O Continente já está legalizado? Discutiu-se aqui vivamente sobre esse assunto e nunca mais houve qualquer feedback.-----

Agora, fala-se na instalação da espanhola Mercadona, que até já mudou para um nome português. A Câmara Municipal foi contactada? O que pensa sobre o assunto? Já disseram várias vezes que não têm nada a ver com a instalação destas superfícies comerciais, mas para o simples munícipe isso é muito difícil de compreender.-----

Está, de facto, o executivo camarário de pés e mãos atados em relação à viabilização desta nova superfície, que é mais uma machadada no já mais que depauperado e infeliz comércio local?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O Continente está legalizado. A Mercadona entrou com um pedido de informação prévio. Não se localiza naquilo que é o chamado Corredor Verde, portanto, está fora dessa linha.-----

Permitam-me, no entanto, dizer-lhe duas coisas: primeiro, não é justo nós querermos Corredor Verde à conta dos particulares, porque os corredores verdes dão jeito quando os terrenos são dos outros, quando são nossos fazemos requerimentos para a coisa poder ser urbanizada. Não é? É assim e há evidências!



Mas, relativamente a isto, já pedimos a um particular um preço para adquirirmos aquela zona e definir todo aquele Corredor Verde até ao Parque Municipal de Campismo.-----

Relativamente ao Mercadona, entrou um pedido de informação prévio para o sítio do antigo projeto do mercado na Rua Cristina Torres, mas a alteração do atual Plano Diretor Municipal também obriga a que estas situações venham à Assembleia Municipal. É uma questão de transparência e compromisso.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

T - DESTINO DAS DOAÇÕES DE VESTUÁRIO E CALÇADO COLOCADOS EM CONTENTORES NO CONCELHO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Por falar de compras e de vendas, gostaria de perguntar qual é o destino dado às roupas que são depositadas nos contentores espalhados pela Cidade.-----

Ouvi dizer que é uma firma que recolhe e, depois, faz um possível negócio com os itens ali depositados.-----

Eu deixo aqui um repto ao executivo: ser a Câmara Municipal a assumir estas recolhas, a tratar o vestuário, encaminhando as roupas capazes para famílias que delas precisem ou para instituições que prestam apoio. E, porque não promover a implementação de lojas sociais?

Isto não é novidade nenhuma, pois já há diversos Municípios no país a fazer esta recolha de roupas, e as lojas sociais também não são novidade, mesmo no território da Figueira da Foz, porque até já temos uma na Freguesia de Tavarede.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “As roupas não são um problema. Eu lembro aqui o nosso amigo Nelson Fernandes que me dizia, frequentemente, «o meu problema é o que fazer a tanta roupa».-----

Os sapatos eram outro problema, mas como sabem a sua doação torna-se complicada por serem usados.-----

Todas as lojas sociais têm roupa que chegue e sobra, não é um problema. Tanto quanto sei, algumas destas roupas são doadas para países fora do continente europeu, mas grande parte delas são reutilizadas. Porém, eu não tenho conhecimento que, em algum momento, na Figueira da Foz roupas usadas fossem problema.”-----



A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

U – BOMBEIROS SAPADORES DA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Aproxima-se o Verão, sabemos como é o nosso clima, já tivemos umas amostrinhas giras estes últimos dias, sempre com imenso vento, portanto, o ambiente ideal para fogos.-----

E nós sabemos que os efetivos dos Bombeiros Sapadores são em número diminuto, neste momento são trinta e dois os efetivos, para além de que têm material obsoleto, a necessitar de ser regenerado, a necessitar de novas aquisições, de que é o elemento maior e mais visível a questão das escadas inoperacionais desde 2014.-----

Por outro lado, o pessoal do carro amarelo, aqueles que mais estão expostos ao perigo, têm contratos a termo resolutivo certo quando, em nosso entender, assumindo obrigações e necessidades permanentes deveriam ser contratados por tempo indeterminado.-----

O concurso para dez Bombeiros Sapadores já está em andamento? Quais são as perspetivas para a entrada destes novos efetivos?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Construímos um quartel novo, um milhão de euros, investimos em todas as viaturas e mais algumas e, na verdade, só temos trinta e dois efetivos, mas temos concurso aberto para mais cinco.-----

Mas lembro duas coisas. Primeiro, o Concelho tem uma autoescada em parceria com os Bombeiros Voluntários, são bombeiros do Concelho. Segundo, na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra só doze concelhos têm autoescadas, mas temos uma triangulação com todos os outros concelhos e quando é preciso entreajudam-se.-----

Permitam-me, ainda, dizer-vos que no país há apenas vinte e cinco Corpos de Bombeiros Sapadores, e a Figueira da Foz tem um! Para além de ter um Corpo de Bombeiros Voluntários de exceção, que complementa o nosso.-----

Portanto, compreendo este défice de pessoal, temos vaga aberta para cinco bombeiros sapadores, mas este Corpo de Bombeiros há doze anos tinha um quartel sem condições, não tinham equipamento e era para encerrar.-----

Muito foi feito e o investimento é de vários milhões de euros, quer no quartel quer em equipamento.-----

Deixem-me, ainda, dizer-vos que os nossos sapadores florestais são pessoas



incríveis, homens e mulheres que trabalham com quinze/vinte quilos às costas e não têm direito a subsídio de penosidade. É lamentável! É algo que em termos de Assembleia da República devia ser alterado e clarificado.-----

Mas vamos dar-lhes condições, criar-lhes um vínculo a tempo indeterminado, que é da maior justiça. Os nossos Sapadores Florestais honram-nos em qualquer sítio. Aliás, organizámos na Figueira da Foz o Dia do Sapador da Região, exatamente, para lhes reconhecer esse mérito pelo trabalho feito nas nossas florestas.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

V – PRAIAS COM QUALIDADE DE OURO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Senhores e senhoras figueirenses que nos estão a ouvir, percebam que nós não estamos nada interessados no passado. Quem cometeu os erros no passado foi condenado nas urnas. Nenhum de nós tem qualquer responsabilidade no passado.-----

Estamos a falar no presente e o presente é um Concelho que perde praias de ouro! Hoje ficou a saber-se que a Figueira da Foz das dez praias de ouro que tinha, só ficou com uma.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Hoje o vosso comunicado diz que as praias têm de ter mais qualidade. Bom, as praias não têm qualidade quando têm coliformes.-----

Nós estamos a substituir os sistemas unitários, em que quer as águas residuais quer as pluviais iam para o curso de água sem serem tratadas, e estamos a separar em dois sistemas.-----

Portanto, quando fala em obras escusadas e desnecessárias tem de ser coerente, digo eu. E ainda bem que esta sessão está a ser transmitida em direto, porque também é importante falar em duas ou três coisas.-----

Primeiro, quando chegámos aqui em 2009, havia cinco bandeiras azuis, hoje há dez. Duplicámos! Já ninguém se lembra da célebre Vala de Buarcos? Resolvemos!---

Praias com qualidade de ouro – perdemos a Praia da Leirosa porque foi necessário colocar areia para reforçar a duna e a Quercus não concordou. Portanto, hoje o povo da Leirosa fica a saber que o Partido Social Democrata prefere ter uma praia com qualidade de ouro a reforçar o cordão dunar!-----

É importante saber-se porque perdemos estas classificações. Por causa de umas análises que acusaram coliformes a mais, até na zona da Murtinheira que nunca tivera problemas de coliformes, mas na contra-análise já estava tudo bem.-----



Lamento que o senhor deputado e o seu candidato, entre ontem e hoje, tenham dito coisas extraordinárias. É incrível, pessoas com responsabilidades no Turismo da Região colocarem em causa a qualidade da água quando temos dez bandeiras azuis! É uma grande ajuda ao Turismo!-----

Simultaneamente, questionar obras cujo objetivo é melhorar o tratamento dos efluentes e apontá-las como desnecessárias, quando ao mesmo tempo se coloca o problema da qualidade das águas, é uma contradição do tamanho do mundo.-----

Portanto, nós temos de ser coerentes nas nossas afirmações. As nossas preocupações com o ambiente, e no caso concreto com as águas, são tais que trouxemos para a Figueira da Foz o Marefz, um Laboratório avançado do Polo de Coimbra do MARE - Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, com quem celebramos um protocolo no sentido de analisarmos quinze pontos para perceber a qualidade da água e monitorizar tudo. Deste modo, de quinze em quinze dias, nós temos análises a monitorizar e, por isso mesmo, afirmações públicas a colocar em causa uma época balnear, são inadmissíveis!..."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO:

4.1 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIMENTO PARA ACOMODAR AS REGRAS DA TRANSMISSÃO ONLINE DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Este ponto foi discutido e votado no início desta sessão por forma a que ela já pudesse ser transmitida online, sendo unanimemente aceite por todos os membros da Assembleia Municipal presentes essa alteração na Ordem de Trabalhos.-----

Foi presente uma proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal da Figueira da Foz, preparada e elaborada para acomodar as regras da transmissão online das sessões da Assembleia Municipal, de acordo com o parecer do Encarregado de Protecção de Dados (Data Protection Officer) do Município da Figueira da Foz, cuja versão final se dá aqui por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número um à presente ata.-----

Esta alteração traduz-se na introdução de um Capítulo IX e na renumeração dos artigos do Capítulo X.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Sublinho que o nosso voto diz apenas respeito ao novo capítulo IX, agora proposto, e em nada compromete a nossa posição quanto ao



Regimento no seu todo, aqui expressa aquando da votação do documento.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Este é um documento que nunca aceitámos, porque não resultou de um processo participado, não representa verdadeiramente qualquer outro interesse que não seja o do Partido Socialista coartar a participação democrática. Este é um Regimento castrador da participação, é um exercício de demonstração de força de uma maioria absoluta e absolutista que nunca aceitou a opinião das outras forças aqui representadas. Portanto, nunca aceitaremos este documento. Se isto é a essência, temos de considerar, no entanto, pragmaticamente o acessório, neste caso esta alteração que mais não faz do que acomodar o parecer do Encarregado de Protecção de Dados (EPD) ou Data Protection Officer (DPO), que foi, e muito bem, solicitado.-----

Assim, votaremos hoje o acessório daí a nossa abstenção, mas sem desvalorizar o essencial que sempre merecerá o nosso mais firme repúdio e desaprovação. Para quando um Regimento da Assembleia Municipal da Figueira da Foz verdadeiramente democrático? O cravo na lapela na sessão desta Assembleia murcha no dia a seguir ao 25 de Abril?!”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Aquando da reunião de líderes em que foi decidida esta matéria, eu ausentei-me porque a transmissão estava péssima e porque continuo a achar que as reuniões de líderes online não fazem o mínimo sentido. Compreendo que poderá dar jeito a algumas pessoas, mas também considero que poderão existir formas mistas da reunião, e dei nota prévia desta minha opinião ao Presidente da Assembleia Municipal.-----

Aliás, isso já está acontecendo, porque naquele dia três pessoas integrantes da reunião de líderes estavam no edifício da Câmara e os outros estavam ligados aos seus computadores, o que tira imenso do que pode ser a participação livre atempada e exequível, porque grande parte das coisas eu não as ouvi e nós sabemos que há problemas de rede. Sabemos essas coisas todas, mas também sabemos que há espaços camarários muito grandes, este é um deles, onde perfeitamente se acomodam sete pessoas para uma reunião de líderes.-----

Eu considerei aquela reunião de uma inutilidade gritante e disse-o ao Presidente da Assembleia Municipal. Publicamente, agradeço-lhe a sua boa vontade ao tentar ligar-me e conectar me, nomeadamente, telefonando-me, mas penso que este não é um método de trabalho.”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Dado a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz ter falado sobre as reuniões de líderes, também gostava de dizer que o grupo municipal do Partido Socialista, alguma vez se opôs a que as mesmas fossem presenciais ou mistas. Nunca nos opusemos, nem pedimos! É importante referir não ter sido um problema de transmissão pois todos nós ouvimos bem, foi um problema da tranche da rede da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, porquanto, era a única que não conseguia ouvir e transmitir.-----

Eu também respeito que possa haver preferência por reuniões presenciais e não há qualquer oposição da nossa parte, apesar de, se calhar, apenas eu ser o único que não está ainda vacinado. Porém, como disse, não me importo de presencialmente estar na reunião ou até em sistema misto.-----

Passando propriamente ao ponto em análise, e depois da intervenção do deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, queria que ficasse bem explícito na ata desta sessão que esta alteração do Regimento é obrigatória e tem de ser feita com base na Lei e no Regulamento Geral de Proteção de Dados. Mais, esta alteração vem no seguimento de uma proposta do grupo municipal do Partido Social Democrata, e não de qualquer outra força política. É uma proposta do Partido Social Democrata! E independentemente de compreender e até aceitar que o Partido Social Democrata seja contra o Regimento, embora por razões que a nós não nos assistem, nem nós não compreendemos por não termos a mesma opinião, acho ser de muito mau tom absterem-se nesta votação, sendo esta alteração regimental obrigatória e tendo em conta a proposta ser subscrita pelo próprio partido que aqui hoje se vai abster.-----

Nós, Partido Socialista, sempre até hoje fomos a favor da transparência, do rigor e daquilo que seja a maior abertura dos órgãos autárquicos à sociedade e, por isso é incrível! Fica aqui bem evidente - quem vai viabilizar esta proposta é o Partido Socialista e não o Partido Social Democrata! Porque se o Partido Social Democrata se abstivesse e o Partido Socialista também, e houvesse um grupo municipal, por exemplo, a Coligação Democrática Unitária a votar contra, esta proposta caía.-----

E, deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco recorda-se quando há duas assembleias municipais atrás disse que o Partido Socialista votava sempre contra tudo, e não valia de nada ao Partido Social Democrata apresentar propostas... Pois pasmem-se senhores deputados municipais - a proposta que tanta luta e discussão



deu nesta Assembleia Municipal vai ser aprovada, agora, com os votos do Partido Socialista. Conseguimos hoje provar que, de facto, quando as propostas são boas e quando nós entendemos que elas são para o bem dos órgãos e para o bem da sociedade figueirense votamos a favor.-----

E vamos votar a favor para que esta proposta que não é nossa e obriga a alteração regimental possa prosseguir, mesmo lamentando que o Partido Social Democrata se abstenha na sua votação.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Se há assim uma tão grande abertura, porque é que não se muda o Regimento para o tornar verdadeiramente democrático. Aí sim, todos nós, todos juntos, o Partido Social Democrata e as outras forças políticas poderíamos, finalmente, votar um Regimento que não fosse do Partido Socialista e de uma Assembleia Municipal debaixo de um manto socialista.-----

Só o Partido Socialista votou favoravelmente este documento e, portanto, se há assim uma tão grande abertura, porque não mudarem então o Regimento para o tornar verdadeiramente democrático?! Fica aqui o repto! Aceitem-no também!”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: “Regimento antidemocrática é nas suas palavras, porque ele é bastante democrático. Aliás, eu até lhe recomendaria pegar no telefone e ligar ao Dr. Rui Rio e sugerir-lhe alterar o Regimento da Assembleia da República, onde os partidos com mais deputados têm mais tempo para intervir. E aqui também é assim. Sei que gostaria que os partidos com menos deputados municipais, como o Partido Social Democrata, tivessem o mesmo tempo de intervenção que o Partido Socialista, mas não foi assim que os figueirenses decidiram a representação desta Assembleia Municipal. O grupo municipal do Partido Socialista tem mais elementos que o grupo municipal do Partido Social Democrata e, por isso, tem direito a ter mais tempo para as suas intervenções.-----

Portanto, não nos revemos nessa sua leitura daquilo que é o Regimento. Foi votado apenas com os votos favoráveis do Partido Socialista, foi sim senhor! Mas digo-lhe uma coisa, esperamos ter os mesmos ou mais deputados municipais socialistas no próximo mandato da Assembleia Municipal, isso dependerá de quem está lá fora a votar, mas uma coisa é certa, independentemente de tudo, nós aceitaremos este Regimento e aceitaremos os tempos.-----

É assim que se processa em todas ou em grande parte das assembleias municipais do país. A Assembleia Municipal da Figueira da Foz não tem um Regimento



diferente daquilo que se passa no resto do país. Não é verdade! Inclusive, há Assembleias Municipais do Partido Social Democrata com um Regimento igual ou parecido com o nosso.-----

É lamentável afirmarem que não aprovam esta alteração do Regimento resultante de uma proposta do Partido Social Democrata, porque este Regimento não é democrático. Que amanhã se saiba lá fora que as sessões da Assembleia Municipal vão ser públicas graças à votação favorável do Partido Socialista!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Susana Oliveira Monteiro, do Partido Social Democrata, Pedro Alves Macedo, e o deputado municipal independente Manuel Fernandes Domingues, deliberou, por maioria, com vinte e nove votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, oito abstenções dos membros do Partido Social Democrata, e sem votos contra, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 26.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a alteração o Regimento da Assembleia Municipal da Figueira da Foz, nele se incluindo as regras da transmissão online das sessões da Assembleia Municipal.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO apresentou a seguinte declaração de voto: "Por não concordarmos com este Regimento, não podemos votar favoravelmente qualquer alteração que não seja no sentido de o tornar democrático. Mas não queremos inviabilizar a possibilidade de as sessões serem transmitidas ao povo que em nós confia, por isso, não votaremos contra. Daí a nossa abstenção."-----

JOÃO RAUL PORTUGAL apresentou a seguinte declaração de voto: "Viabilizamos esta transmissão em direto tendo em vista a transparência deste órgão. No entanto, sublinho que quando o Partido Socialista foi oposição também tentou alterar o Regimento, e o Partido Social Democrata sempre se opôs, e colocou o Período de intervenção do Público no final das assembleias municipais, obrigando todos os cidadãos que queriam intervir a aguardar até às 19/20 horas. Muitos chegavam até a desistir de usar da palavra. Isso, sim, era um Regimento antidemocrático!"----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Se me permitem e porque acho ser de inteira justiça, gostaria de expressar um sentido agradecimento à Dr.ª Cláudia Rocha por ter assumido este processo de transmissão online em termos técnicos e informáticos.-



Igual agradecimento à Dr.^a Susana Mota e demais trabalhadores do setor de contratação pública, ao Dr. Nuno Gonçalves, com o pelouro da contratação pública e ao Presidente da Câmara Municipal, Carlos Monteiro, que autorizou a aquisição do material necessário à transmissão online.-----

Por último e não menos importante, agradecer aos trabalhadores do Centro de Artes e Espetáculos que ficaram a trabalhar fora do horário normal para ultimarem os testes. Bem hajam!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Realmente, no passado, houve algumas tentativas de alteração ao Regimento, mas não no Período de Antes da Ordem do Dia, porque ele acontecia antes da Ordem do Dia. O que estava protelado para o final, e tinha realmente efeitos bastante maliciosos, digamos assim, era apenas e, este apenas não é desvalorizador, naturalmente, a intervenção do público."-----

4.2 - DESIGNAÇÃO DO DEPUTADO MUNICIPAL MANUEL FERNANDO RASCÃO MARQUES PARA MEMBRO EFETIVO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA

Na sequência da saída do deputado municipal Manuel Fernandes Domingues do grupo municipal do Partido Social Democrata, passando à condição de independente, e da sua renúncia ao mandato na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, o grupo municipal do Partido Social Democrata propôs que fosse designado o deputado municipal Manuel Fernando Rascão Marques para o substituir como membro efetivo nessa mesma Assembleia Intermunicipal.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Rui Pinto Ferreira, do Partido Social Democrata, Pedro Alves Macedo, e o deputado municipal independente Manuel Fernandes Domingues, em cumprimento das disposições emergentes do art.º 83.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, após ter procedido à votação por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com vinte e nove votos a favor, sem abstenções, e oito votos contra, designar Manuel Fernando Rascão Marques, eleito pelo Partido Social Democrata, para integrar a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, na qualidade de membro efetivo.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----



4.3 - RESPOSTA DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA AO PARECER DA JURISTA QUE, EM NOME DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS, DEU RESPOSTA Á QUESTÃO DA REPRESENTAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ NO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

Foi presente a resposta da Coligação Democrática Unitária ao parecer da jurista que, em nome da Associação Nacional de Assembleias Municipais, deu resposta á questão da representação da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Turismo, com o seguinte teor:-----

«Por seu intermédio segue a resposta à Sr.^a doutora que, em nome da Associação Nacional das Assembleias Municipais, deu resposta á questão da representação da Assembleia Municipal da Figueira da Foz no Conselho Municipal de Turismo.-----

1 - A resposta está de acordo com aquilo que o Sr. Presidente e o Grupo parlamentar do PS desejavam. O que não é de estranhar. Mas para isso alguns artifícios tiveram que ser usados. Vejamos!-----

2 - Distorceu-se a questão. Assim partiu-se não do particular para o geral, mas sim do geral para o particular. Generalizou-se a questão reconduzindo-a «a aferir se a Assembleia Municipal poderia indicar um seu representante naquele Conselho Municipal de Turismo da Figueira da Foz que não seja membro daquela referida Assembleia Municipal.»-----

3 - E no texto responde a seguir... «Diga-se que a Assembleia Municipal é soberana nas suas decisões, mormente no que atine à indicação da sua representação em qualquer órgão - o que decorre, também, do sobredito ponto 1.2 que relega para as entidades a decisão da respetiva representação, devendo estas indicar um membro efetivo e um suplente.»-----

4 - E pronto. Sendo a Assembleia soberana só falta o fato de que «tal representação tem de ser sufragada pelo plenário». Ora a soberania da Assembleia Municipal reside, não só no sufrágio da sua maioria, mas sobretudo na Lei, e no seu Regimento. E a sua participação não é homogénea, mas depende da forma como é pedida pelas outras entidades.-----

Não se analisou o Regimento da Assembleia porque por ali não haveria cobertura legal. E nem se lhe faz qualquer menção, para não atrapalhar. Mas foi necessário analisar o Regulamento do Conselho Municipal de Turismo sobretudo no seu artigo 6., pontos 1.1 e 1.2.-----

O ponto 1.1. no segundo parágrafo diz: - Preferencialmente, as categorias



apresentadas, são representadas por associações, que agreguem vários operadores do setor. Caso não seja possível, devem ser representadas por um elemento indicado interpares, que terá a responsabilidade de informar e articular, com os restantes operadores as consultas e deliberações tomadas pelo Conselho Municipal de Turismo da Figueira da Foz. A representação referida deve ser colocada à consideração do Conselho Municipal de Turismo da Figueira da Foz.-----

Este parágrafo levanta um obstáculo que é a «representação interpares». Mas então finta-se este obstáculo com este mimo semântico. «Atenta a letra do preceito e a sua própria integração sistemática, parece sugerir que a expressão «interpares» remonta às «associações que agreguem vários operadores do setor» e que comunquem do fito do Conselho Municipal de Turismo da Figueira da Foz. O «parece sugerir» é uma preciosidade de interpretação para aquilo que convém, e como remata mais adiante «Parece-nos ser esta a melhor leitura do Regulamento que, efetivamente, não é feliz na respetiva redação.»-----

No entanto esta redação infeliz é ultrapassada mais á frente quando se refere que «Na interpretação da lei e nos termos do artigo 9.º, n.º 3, do CC, presume-se que o legislador «soube exprimir o seu pensamento de forma adequada». Ora, o legislador refere-se, no ponto 11) do regulamento do Conselho Municipal de Turismo da Figueira da Foz, a um «representante» da Assembleia Municipal; na verdade, caso o legislador tivesse querido impor a indicação de um membro da Assembleia Municipal, certamente teria usado a expressão «membro» da Assembleia Municipal.»-----

Em resumo: - Quando o legislador diz que a representação deve ser feita interpares, interpreta-se que esta representação (interpares) não se aplica á Assembleia Municipal. Porquê? Porque não convém. E porque a redação não é feliz. Quando o legislador não refere um membro da Assembleia Municipal, mas sim um representante da Assembleia Municipal, soube exprimir o seu pensamento de forma adequada. Porquê? Porque convém!-----

O exemplo da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens também apresentado em anteriores Assembleias pelo sr. Presidente e pelo grupo parlamentar do PS, e retomado pela Sr.ª Dr.ª, é por si exemplificativo da capacidade de instrumentalizar esta Assembleia não atribuindo diferenças aquilo que é diferente, interpretando não conforme a lei, mas sim conforme as conveniências. Senão repare-se: - É perspícuo assinalar que em diversas instituições, mormente nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, contanto que na sua composição



alargada, devem ter assento «quatro cidadãos eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, designados pela assembleia municipal, ou pelas assembleias municipais ou assembleia de freguesia» - cf. a alínea 1) do nº 1 da Lei nº 147/99, de 1 de setembro;-----

É absolutamente óbvio que estes cidadãos eleitores são designados pela Assembleia Municipal. São nomeados ou escolhidos. O que é substancialmente diferente de representante. Representante é a pessoa que tem o mandato de representar outra ou outras.-----

Por nós continuamos a entender que não nos sentimos representados por quem não é membro da Assembleia. Mas também percebemos que o PS já atingiu o que queria. Tal como inviabilizou uma solução democrática para Quiaios, inviabilizou uma representação democrática para o Conselho Municipal de Turismo da Figueira da Foz.»-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Em primeiro lugar, nós não temos nada a opor a todos os esclarecimentos que surjam, sejam do grupo municipal do Partido Comunista Português, Bloco de Esquerda, ou Partido Social Democrata. E também sabemos que um pedido de parecer ou esclarecimento tem de ser feito através da Mesa da Assembleia Municipal, e não pode ser pedido individualmente ou por cada grupo municipal.-----

Em segundo lugar, o grupo municipal do Partido Socialista recusa-se a aprovar este ponto, porque se sente visado e também bastante desrespeitado com algumas afirmações insertas no documento, desde logo pelas insinuações feitas, não só ao Presidente da Assembleia Municipal como ao grupo municipal do Partido Socialista, que lidero. Portanto, se o grupo municipal da Coligação Democrática Unitária não alterar o texto com as acusações e insinuações que faz, o Partido Socialista votará contra.-----

No ponto um, o grupo municipal da Coligação Democrática Unitária começa logo por insinuar «A resposta está de acordo com aquilo que o Sr. Presidente e o Grupo parlamentar do Partido Socialista desejavam.» e continua «O que não é de estranhar. Mas para isso alguns artifícios tiveram que ser usados...». Posso dizer-vos que não conheço absolutamente ninguém e nunca contactei alguma vez alguém na Associação Nacional de Assembleias Municipais.-----

Insinuar-se que houve alguma interferência do grupo municipal do Partido



Socialista junto de um órgão independente, sem que tivéssemos feito absolutamente algum contacto ou fosse o que fosse, é um insulto ao nosso grupo municipal.-----

E mais, misturar assuntos como o da Junta de Freguesia de Quiaios com um parecer dado por uma jurista da Associação Nacional de Assembleias Municipais sobre a representatividade da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Turismo, é confundir as águas e, sobretudo de mau tom.-----

Só para terminar, gostava de citar um dos pontos deste documento, onde se diz «... que a representação deve ser feita interpares...», diz-se muito bem, pois o elemento é indicado interpares. Em lado algum, o Regulamento do Conselho Municipal de Turismo determina que tem de ser um dos membros dos cinco partidos com assento na Assembleia Municipal. Mas, não vamos debater aqui juridicamente esta questão, nós somos sempre pela verdade e transparência, e estamos prontos a viabilizar qualquer esclarecimento, mas com insinuações de que houve alguma pressão sobre entidades, não! E até digo mais, se eu fosse a jurista da Associação Nacional de Assembleias Municipais autora do parecer, se recebesse este documento sentir-me-ia ofendida.-----

Portanto, recusamo-nos a aprovar este documento caso não sejam alteradas as acusações ou insinuações dirigidas ao grupo municipal do Partido Socialista.”---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Uma vez mais é tão bom que outros possam ouvir insulto, ofensa, porque é assim que o Partido Socialista da Figueira da Foz reage a quem faz perguntas e a quem é contra.-----

Deputado municipal João Raul Portugal não há aqui nenhum insulto, não há aqui nenhuma ofensa, há, sim, uma opinião contrária. Subscrevemos cada palavra que está aqui redigida. De facto, o processo foi mal conduzido por vós, mais uma vez foi uma imposição de uma vontade única, sem discussão e, agora, arquem com as consequências.-----

Para quem nos está a ver lá em casa, acho que muito mais importante do que estarmos a discutir uma vez mais esta nomeação, seria perceber finalmente o que o Conselho Municipal de Turismo já fez!”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “É óbvio que não há ofensa nem insinuação nenhuma, o que há aqui é uma manifestação de opinião que vimos reiterando, e uma má compreensão deste assunto.-----



Se bem estão lembrados, eu comecei a ler este documento na última sessão da Assembleia Municipal, mas não consegui completar a sua leitura por, entretanto, se ter esgotado o tempo da Coligação Democrática Unitária.-----

Agradeço ao Presidente da Assembleia Municipal por ter permitido, pela primeira vez, que a Coligação Democrática Unitária completasse o que tinha a dizer. Até aqui éramos os únicos que não tínhamos sido beneficiados com essa benevolência, e algumas pessoas já esticaram aqui minutos e minutos depois do término do seu tempo. Daí eu ter dito na altura que voltaríamos este assunto na próxima Assembleia Municipal.-----

Mas há aqui um mal-entendido - este documento não é para votação, é para conhecimento integral de todos os senhores e senhoras e para remessa, através do senhor Presidente da Assembleia Municipal, à senhora jurista que emitiu esse parecer. É isso que está na sua epígrafe."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Se é só para conhecimento da Assembleia, está dado conhecimento. Agora, a Mesa não vai enviar este comunicado para a Associação Nacional de Assembleias Municipais, se não for votado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Embora nós saibamos de antemão qual vai ser o resultado desta votação, se assim entendem, pois, evidentemente, faremos a votação do documento.-----

Mas eu acho muito estranho que um grupo municipal, ao responder a uma resposta que lhe foi dada, não tenha direito de remessa de resposta, não digo pelos seus «próprios meios», mas através do órgão que representa que é, neste caso, a Mesa da Assembleia. Para mim isto deixa-me a uma grande dúvida.-----

Um qualquer grupo municipal faz uma pergunta, um qualquer Presidente Assembleia Municipal envia a pergunta para a Associação Nacional de Assembleias Municipais, recebe a resposta ou parecer, seja o que for, transmite ao órgão, os signatários da pergunta não se sentem confortáveis e reagem, e não têm o direito de fazer chegar esse seu desconforto e essa sua reação à entidade que produziu o parecer? Em nosso entender sim, e será através da Mesa da Assembleia!-----

Após a votação, que vai ser aquela que todos nós sabemos e antecipámos, agradecia que o senhor Presidente possa informar-se melhor sobre esta matéria."-

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Eu próprio me coloquei essa questão. Na reunião de líderes, expliquei que tinha agendado este ponto antes da realização da mesma porque, se assim não fosse, estaríamos em incumprimento com os prazos de entrega



de documentos. Mas ali mesmo, pedi a opinião se devíamos, ou não, levar este documento à sessão da Assembleia Municipal. Qualquer agendamento é possível, mas um documento como este, tal como está redigido, eu tinha o dever de deixar à consideração dos líderes o seu eventual agendamento.-----

A Associação Nacional de Assembleias Municipais informou-me que só responde à Mesa da Assembleia, e que a jurista autora deste parecer é um dos muitos juristas que trabalham e são pagos por aquela Associação. Portanto, a Associação Nacional de Assembleias Municipais não responde aos grupos municipais, tal como o deputado municipal João Raul Portugal referiu, e bem, fá-lo, sim, através da Mesa das Assembleias Municipais.-----

Por isso, eu só posso enviar este documento à Associação Nacional de Assembleias Municipais se este plenário assim o aprovar.-----

Embora se diga que os factos são factos e os argumentos foram feitos para contrariar os factos, podemos aqui argumentar e contra argumentar, não podemos é estar com aquele tipo de insinuações que o deputado municipal João Raul Portugal aqui referiu.-----

Não sei qual é o mal menor, sei é que se fosse esta jurista - que eu também não a conheço, pois foi a primeira vez que se pediu um parecer - não sei como reagiria, perante a insinuação feita no documento...-----

Portanto, se for votado e aprovado o envio do documento, assim o farei. Mas não é porque eu quero, é porque resultará da vontade da maioria."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Rui Pinto Ferreira, Bebiã Sampaio Marques e Lucília Marinho Cunha, do Partido Social Democrata, Pedro Alves Macedo, e o deputado municipal independente Manuel Fernandes Domingues, deliberou, por maioria, com dez votos a favor dos membros do Partido Social Democrata e Coligação Democrática Unitária, uma abstenção do membro do Bloco de Esquerda, e com vinte e quatro votos contra dos membros do Partido Socialista e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, rejeitar o envio da resposta da Coligação Democrática Unitária à jurista que, em nome da Associação Nacional das Assembleias Municipais, emitiu parecer sobre a representação da Assembleia Municipal da Figueira da Foz no Conselho Municipal de Turismo.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----



**4.4 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E DA
INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL**

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira e de uma listagem dos processos contenciosos pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Logo na primeira página, é referida a hipótese de no início do mês de junho, a Câmara Municipal da Figueira da Foz conseguir uma parceria com a Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz com vista à testagem dos municípios diretamente ligados de turismo, restauração e hotelaria, por forma a dar um sinal de segurança sanitária e de confiança aos veraneantes. Esta pretensão constituiu uma realidade palpável?-----

Na página sete, diz-se que a Câmara Municipal tomou conhecimento dos Relatórios trimestrais de qualidade da água, apresentados pela empresa Águas da Figueira, S.A. Pedia-lhe que considerasse pertinente enviar o anexo a este documento para conhecimento da Assembleia Municipal.-----

A páginas oito podemos ler que, no âmbito do contrato da empreitada «Área de Requalificação Urbana do Cabedelo - 2.ª Fase - Proteção e Reabilitação Costeira e Dunar», foram aprovados trabalhos complementares no valor de 8.611,88 €. Pergunto, que trabalhos complementares foram estes.-----

Para terminar, na página dezassete encontramos informação de ter sido aprovado, por unanimidade, a celebração de um Protocolo entre o Município da Figueira da Foz e a Associação de Caravanismo de Portugal. Qual o conteúdo deste Protocolo?"

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Algumas das questões que tinha para colocar, já foram levantadas pelo deputado municipal Christopher Maia Oliveira, ainda assim, irei abordar alguns assuntos.-----

A páginas oito, referem-se as obras do Cabedelo. Muito se tem falado sobre o Cabedelo e a impermeabilização daqueles solos em zona dunar. Tudo aquilo é algo que não nos agrada absolutamente nada. Não concordamos com essas obras, como é sabido, e não nos cansamos de lamentar os prejuízos advenientes de outras obras, nomeadamente em Buarcos e na parte baixa da Cidade, para pessoas individuais e comerciantes. Alguns destes, por força das circunstâncias, viram-se mesmo despejados do seu modo de vida e de sobrevivência. Lamentamos, igualmente, o estado calamitoso em que se encontra a Cidade, um estaleiro que nada abona em



defesa da propalada beleza destes nossos sítios. Aproveitando o ensejo, perguntámos sobre o processo relativo ao Convento de Santa Maria de Seíça.----- Também queremos reiterar o que já dissemos por várias vezes aqui nesta Assembleia - a diferença de critério existente, de facto, na atribuição de investimento na Cidade, na periferia próxima e nas Freguesias consideradas rurais. Uma diferença abissal, aliás, bem refletida nos orçamentos da Câmara Municipal e que não é nossa invenção, basta consultar os documentos.----- A páginas dezasseis e dezassete, na transição de uma página para a outra, fala-se nos apoios à Associação Figueira com Sabor a Mar. Não somos contra o apoio que a Câmara Municipal possa dar a atividades, mas perguntámos - e os outros? Parece-nos que em relação a esta Associação continua a haver uma recorrente discriminação positiva. ----- Na página dezassete, no terceiro parágrafo é referido um protocolo celebrado entre o Município da Figueira da Foz e a Associação de Caravanismo de Portugal. Ficamos absolutamente sem saber do que se trata, porque, de facto, o Protocolo não está em anexo, como não estão outros. Várias vezes chamámos a atenção para esta informação incompleta, pois a falta de acesso a estes anexos em nada favorece o nosso conhecimento. Algumas vezes, temos pedido que nos sejam remetidos os anexos em falta, considerados pertinentes e muito importantes, mas à posteriori nunca nada nos foi enviado.----- Finalmente e para completar a compreensão deste documento, gostaríamos de perguntar se na reunião do dia 19 de abril esteve presente o Vereador Ricardo Pedrosa Silva. A sua falta não é referida, mas, entretanto, pelo teor das votações, coloca-se-nos esta dúvida.----- Por último, mais uma vez este documento apenas integra o resumo de duas reuniões de Câmara, faltando as reuniões do mês de maio e junho, se bem que por esta mesma Assembleia tivessem perpassado os assuntos discutidos e votados nessas mesmas reuniões."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Na página doze, o Presidente da Câmara congratulou-se com a atribuição da 10.ª Bandeira Azul para o Concelho da Figueira da Foz. As bandeiras correspondem a uma série de critérios de disponibilidade de serviços e são atribuídas pelo Estado. O galardão «Qualidade de Ouro» revela mais sobre a qualidade da água e segurança dos banhistas e frequentadores das praias, e é



atribuído pela Quercus, uma associação ambientalista independente. Gostaria que me explicasse, se puder, por que razão o Concelho chegou a ter 10 praias com o galardão «Qualidade de Ouro» e, este ano, apenas resta uma praia com esse galardão. É, ou não, uma perda de qualidade?!-----

Por fim, tive em atenção esta listagem de processos em contencioso. São imensos! Isto não é preocupante?!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Deputado municipal Christopher Maia Oliveira, colocamos a hipótese de procedermos a testagens no mês de junho, mas não houve manifestação de interesse por parte da Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz. Mas também se compreende porque, entretanto, o serviço público de saúde foi testando em massa sempre que alguma situação era detetada. Portanto, a situação foi ultrapassada pelo Serviço Nacional de Saúde, e bem.-----
Relativamente à qualidade da água vou pedir à D. Helena para fazer chegar os anexos.-----

Os trabalhos complementares do Parque de Campismo dizem respeito à demolição do muro do antigo edifício.-----

O Protocolo com a Associação de Caravanismo de Portugal diz respeito a uma redução em 10% do preço no Parque de Campismo e divulgação pelos caravanistas sócios da Associação. Ou seja, nós queremos que os caravanistas vão para o Parque Municipal de Campismo e não andem por aí a fazer caravanismo selvagem, com todas as implicações implícitas, desde lançar dejetos no meio dos passeios e deixar a envolvente cheia de lixo.-----

Quanto às obras no Cabedelo, pois, há quem goste e quem não goste. Mas as marcas que andavam fugidas da Figueira da Foz, hoje andam à procura do Cabedelo. Os espaços públicos colocados em hasta pública têm tido sempre muito mais pretendentes do que os lugares a concurso. Só quem está de má fé nesta circunstância, pode dizer que estamos a impermeabilizar mais do que estava impermeabilizado. E basta olhar para o tipo de pavimentos que lá estão - pavimentos drenantes e pavimentos em pedra. Portanto, umas vezes por desconhecimento outras intencionalmente, dizem-se coisas que não correspondem à verdade.-----

Estaleiro na Cidade, onde? Tirando o Jardim Municipal e a zona da Rua dos Combatentes, onde? Mas continuamo-nos a repetir, parece que não aconteceu nada entre perguntas e respostas.-----



Não posso querer praias sem coliformes e não querer ter o tratamento de efluentes. Não dá!-----

Relativamente à obra do Jardim Municipal aguardemos! Porque os mesmos que gritam não haver passeios, agora estão incomodados com as obras por estarmos a fazer passeios. Os mesmos que gritam que aquela zona estava degradada, agora gritam por estarmos a fazer obras. Meus senhores, passem na Rua da Cadeia, no Passeio Infante D. Henrique, na Rua Fresca, e desçam a Calouste Gulbenkian sem tropeçar nas raízes dos plátanos. Infelizmente, obras desta natureza demoram tempo e não é possível executá-las de um momento para o outro. No caso concreto, relativamente a tempo não temos nada a opor e só temos de elogiar o trabalho feito com grande qualidade. Mas esperemos para ver!-----

Eu percebo o incómodo para quem durante anos o tempo que tinha era para fazer dívida e não para fazer obra.-----

Investimento na zona urbana diverso do da zona rural - também é mentira! Se agarrarem no valor de 15% da comparticipação financeira do Município relativamente às obras nas Freguesias, o equilíbrio está aí e é proporcional ao número de população. Basta falar no Mosteiro de Santa Maria de Seíça para percebermos que esse equilíbrio existe.-----

Figueira Sabor a Mar e outros - nós apoiamos todos de um modo geral, e não é o executivo, é em reunião de câmara, e não me lembro de nenhum apoio que não tenha sido aprovado por unanimidade. Nós não podemos é conceder apoios individuais e se os outros não se agrupam e não se constituem em associação...-----

Não sei e não me lembro se na reunião de 19 de abril o Vereador Ricardo Pedrosa Silva esteve ausente, mas podemos tentar perceber.-----

Sobre as bandeiras azúis e o galardão «Qualidade de Ouro» eu já falei, mas sugiro que consultem os trinta e dois critérios para se ter uma bandeira azul e os critérios para se obter o galardão «Qualidade de Ouro». Na verdade, eu até tenho alguma dificuldade em perceber que os senhores e um candidato, que tem as funções que tem, questionem a idoneidade da instituição que atribui as bandeiras azúis. Não é bonito! Aliás, as análises da Quercus são usadas também para a bandeira azul. Volto a repetir, o galardão «Qualidade de Ouro» na Leirosa perdeu-se porque se colocou areia na proteção da duna, os outros perderam-se porque se fizeram análises que deram resultados coliformes enormes, nomeadamente na praia da Murtinheira, onde nunca antes houvera uma situação dessas, e cuja contra-análise, solicitada de imediato, mostrou resultados perfeitos. Se



quiserem cavalgar essa onda com estes dados objetivos, cavalguem! Todos compreenderão que estão a colocar em causa a qualidade das águas da Figueira, que é de excelência. Passou-se de cinco para dez bandeiras azuis! Para alguns a Figueira da Foz está fora do mapa turístico, mas isso não corresponde à verdade. Contencioso, é verdade! Temos de entrar em contencioso com quem não paga e não cumpre. A realidade tem sido essa, mas também não me lembro de termos perdido grandes ações e posso avançar que temos outra do Grupo Lágrimas relativamente ao Paço de Maiorca. Estranhamente, quando a decisão do processo do Paço de Maiorca foi tomada estiveram parados e, agora, surgem com a ação. Há, de facto, algumas coisas estranhas que acontecem na nossa Cidade, no nosso Concelho, e no nosso país!!!"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

5.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA RELATIVA AOS ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DO ART.º 7.º-B DA LEI N.º 6/2020, DE 10 DE ABRIL, ADITADO PELA LEI N.º 12/2020, DE 07 DE MAIO, CUJA VIGÊNCIA FOI PRORROGADA PELO ART.º 4.º DO DECRETO-LEI N.º 6-D/2021, DE 15 DE JANEIRO - REGIME EXCEPCIONAL COM VISTA A PROMOVER A CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS AUTARQUIAS LOCAIS NO ÂMBITO DA PANDEMIA DA DOENÇA COVID 19 - PARA CONHECIMENTO

Pelo Presidente da Câmara foi presente, para conhecimento desta Assembleia Municipal, uma informação dos atos praticados pelo Município da Figueira da Foz em resposta às situações causadas pela pandemia Covid 19, e as despesas que lhes são inerentes, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo dois à presente ata.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5.2 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E INVENTÁRIO DE 2020 DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Foram presentes para apreciação e votação os documentos de Prestação de Contas, em cumprimento do disposto no art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, bem como, o Inventário Municipal de 2020.-----



Estes documentos ficarão devidamente arquivados na Divisão de Finanças e Património/Subunidade Orgânica de Contabilidade, deste Município, e disponíveis, para consulta, quando para tal forem solicitados.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 31 de maio de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.-----

JOSÉ FERNANDO CORREIA: "Eu queria, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, deixar duas ou três anotações muito breves a propósito deste documento de prestação de contas do Município relativamente ao ano de 2020.-----

Primeiro, os serviços terão tido um trabalho notável na construção deste documento, sendo importante recordar que este é o primeiro documento de prestação de contas feito com o referencial contabilístico do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, e que tal implicou uma reformatação dos documentos das demonstrações financeiras, uma revisão dos procedimentos, uma reclassificação de um conjunto de transações e de outros eventos e uma alteração de fundo ou, pelo menos, com certo significado na apresentação dos documentos. Daí, eu querer deixar aqui uma saudação aos serviços, evidentemente também ao Vereador que os tutela e ao executivo, porque foi possível com qualidade levar a cabo essa empreitada, e basta olhar para os documentos para perceber.-----

Olhando para os documentos numa apreciação que não seja muito técnica e atendendo aos aspetos que politicamente me parecem mais relevantes, gostava de destacar três, e por aí me ficarei.-----

Em primeiro lugar, a manutenção, e isso é importante, de um elevado nível de execução orçamental mesmo quando todos temos consciência que o ano 2020 há de ter sido, seguramente, um ano complexo do ponto de vista da realização de certo tipo de despesas. Em todo o caso, temos, e os documentos comprovam-no, níveis elevados de execução orçamental quer do ponto de vista da despesa, quer do ponto de vista da receita.-----

Outros dois itens importam enfatizar. A fixação de um prazo médio de pagamento de 19 dias. Na Figueira do passado, o prazo médio de pagamentos era de 200 dias e qualquer coisa, e agora vamos em 19 dias.-----

Em segundo lugar, a redução do endividamento a médio/longo prazo. A redução do endividamento a médio/longo prazo é sensível, porque este é o endividamento que



condiciona as políticas futuras e, portanto, é bom que ele vá sendo reduzido, bem como o serviço da dívida.-----

E o último ponto pode, porventura, ter escapado a alguns, mas é muito relevante, e com o qual nos devemos sentir, penso eu, todos muito confortáveis. Que eu me lembre, apesar de tudo acompanho estas coisas há oito, nove anos, este é o primeiro documento de prestação de contas que não tem uma única reserva por desacordo por parte do Auditor. Não me canso de dizer, lembro-me de documentos análogos terem treze, catorze, quinze reservas por desacordo, em que o Auditor dizia: não concordo com aquilo, isto não está bem e aquilo tem de ser revisto, o valor não é bem este, etc. Não ter nenhuma reserva por desacordo, é no mínimo um conforto para todos e para cada um de nós, e um motivo de felicitação ao executivo municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Clarisse Silva Oliveira, do Partido Social Democrata, Pedro Alves Macedo, e o deputado municipal independente Manuel Fernandes Domingues, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e alínea 1) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua última redação, deliberou, por maioria, com vinte e seis votos a favor dos membros do Partido Socialista e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, uma abstenção do membro do Bloco de Esquerda, e dez votos contra dos membros do Partido Social Democrata e da Coligação Democrática Unitária, aprovar os documentos de Prestação de Contas do Município da Figueira da Foz relativos ao ano de 2020, bem como, o Inventário Municipal dos Bens que faz parte integrante do mesmo processo.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.3 - 3.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO PARA 2021 - RATIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 31 DE MAIO DE 2021

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a ratificação da deliberação de Câmara de 31 de maio de 2021, que aprovou a 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número três à presente ata.-----



Esta revisão tem subjacente a inscrição das novas ações «PEDU – Requalificação do Núcleo Antigo da Figueira da Foz – Pavimentações, passeios e outros investimentos» com uma dotação de 160.000 €, com a anulação da dotação da ação «PEDU – Requalificação do Núcleo Antigo da Figueira da Foz – Pavimentação e Passeios na Rua dos Combatentes da Grande Guerra e na Rua Galamba Marques», «Festas da Cidade/S. João – Transferências para as Freguesias» por forma a acomodar os apoios financeiros a atribuir às Freguesias para a organização de iniciativas em colaboração com as coletividades locais, em substituição do evento «Feira das Freguesias», e «Festas da Cidade/S. João – Transferências para instituições sem fins lucrativos – Outros» para enquadrar eventuais apoios financeiros a atribuir a coletividades para organização de eventos no âmbito das Festas da Cidade; a inscrição da dotação no ano de 2022 para a ação «Beneficiação da Rua 1.º de Maio, incluindo rede pluvial» dada a sua reprogramação para aquele exercício; a inscrição da dotação na rubrica «Abonos variáveis ou eventuais – Outros Suplementos e Prémios – Outros» tendo em vista enquadrar a despesa respeitante ao Suplemento Remuneratório de Penosidade e Insalubridade previsto no art.º 24.º da Lei do Orçamento do Estado de 2021; e o ajustamento da plurianualidade da participação financeira do Município no Projeto «Exploração do Serviço Público de Transportes de Passageiros Municipal e da Competência de Exploração do Serviço Especializado de Transporte Escolar», na sequência da informação prestada pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.-----

Esta 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021 foi votada favoravelmente em reunião de Câmara de 31 de maio de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Clarisse Silva Oliveira, do Partido Social Democrata, Pedro Alves Macedo, e o deputado municipal independente Manuel Fernandes Domingues, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, e art.º 164.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, deliberou, por maioria, com vinte e seis votos a favor dos membros do Partido Socialista e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom



Sucesso, três abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda, e oito votos contra dos membros do Partido Social Democrata, ratificar a deliberação de Câmara de 31 de maio de 2021, que aprovou a 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021, tendo como objetivo a inscrição das novas ações «PEDU - Requalificação do Núcleo Antigo da Figueira da Foz - Pavimentações, passeios e outros investimentos» com uma dotação de 160.000 €, com a anulação da dotação da ação «PEDU - Requalificação do Núcleo Antigo da Figueira da Foz - Pavimentação e Passeios na Rua dos Combatentes da Grande Guerra e na Rua Galamba Marques», «Festas da Cidade/S. João - Transferências para as Freguesias» por forma a acomodar os apoios financeiros a atribuir às Freguesias para a organização de iniciativas em colaboração com as coletividades locais, em substituição do evento «Feira das Freguesias», e «Festas da Cidade/S. João - Transferências para instituições sem fins lucrativos - Outros» para enquadrar eventuais apoios financeiros a atribuir a coletividades para organização de eventos no âmbito das Festas da Cidade; a inscrição da dotação no ano de 2022 para a ação «Beneficiação da Rua 1.º de Maio, incluindo rede pluvial» dada a sua reprogramação para aquele exercício; a inscrição da dotação na rubrica «Abonos variáveis ou eventuais - Outros Suplementos e Prémios - Outros» tendo em vista enquadrar a despesa respeitante ao Suplemento Remuneratório de Penosidade e Insalubridade previsto no art.º 24.º da Lei do Orçamento do Estado de 2021; e o ajustamento da plurianualidade da comparticipação financeira do Município no Projeto «Exploração do Serviço Público de Transportes de Passageiros Municipal e da Competência de Exploração do Serviço Especializado de Transporte Escolar», na sequência da informação prestada pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, convalidando todos os atos e efeitos subsequentes à referida deliberação.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

- 5.4 - CARLOS ALBERTO OLIVEIRA FONSECA DA CUNHA - LEGALIZAÇÃO DE ATIVIDADE DE ARMAZENAGEM DE MATERIAL PIROTÉCNICO, SITA NA RUA DR. MANUEL GASPAR DE LEMOS - LUGAR DE ALHADAS DE BAIXO - FREGUESIA DE ALHADAS - PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

Pelo Presidente da Câmara foi presente uma proposta no sentido de se declarar o interesse municipal para instrução do processo de autorização do exercício de atividade de armazenagem de material pirotécnico, e regularização e legalização



das obras de construção do paiol, sito na Rua Dr. Manuel Gaspar de Lemos, Lugar de Alhadas de Baixo, Freguesia de Alhadas, propriedade de Carlos Alberto Oliveira Fonseca da Cunha.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 31 de maio de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Social Democrata, Pedro Alves Macedo, e o deputado municipal independente Manuel Fernandes Domingues, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea r) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, e n.º 5 do art.º 45.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz, deliberou, por unanimidade, declarar o interesse municipal para instrução do processo de autorização do exercício de atividade de armazenagem de material pirotécnico, e regularização e legalização das obras de construção do paiol, sito na Rua Dr. Manuel Gaspar de Lemos, Lugar de Alhadas de Baixo, Freguesia de Alhadas, propriedade de Carlos Alberto Oliveira Fonseca da Cunha, com fundamento no cumprimento das disposições contidas no n.º 3 do artigo invocado e art.º 46.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.5 - 5.ª ALTERAÇÃO À 1.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Pelo Presidente da Câmara foi presente o processo relativo à 5.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz, considerando-se aqui integralmente reproduzido o Regulamento do Plano Diretor Municipal, o qual constitui o anexo número quatro à presente ata.-----

O início do procedimento da 5.ª Alteração à 1.ª Revisão ao Plano Diretor Municipal foi deliberado em sede de reuniões de Câmara de 20 de agosto e 11 de novembro de 2019, com um prazo previsto de 24 meses para a sua elaboração e desenrolou-se ao abrigo das disposições legais emergentes do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua última redação.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 31 de maio de 2021, sendo agora remetido à Assembleia Municipal, órgão competente pela sua aprovação.-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Esta quantidade incrível de participações vem ao encontro daquilo que nós já esperávamos quando foi votado o Plano Diretor Municipal. E nós votámos contra esse documento que deveria ser estrutural e estruturante.-----

Chamámos a atenção para a questão das freguesias e para a necessidade de ampliação e reconstrução de habitações, e a construção de habitações novas.-----

A maior parte das participações vem nesse sentido e, curiosamente, uma ou outra é acolhida. Agora, nós gostaríamos que nestas que foram acolhidas houvesse, assim, uma espécie de jurisprudência, que não fosse o sim «à la carte» (porque o advogado que redigiu o pedido foi muito expedito e muito esclarecedor na questão), mas se pesassem todas as situações que acabam por ser semelhantes ou mesmo quase decalcadas daquelas que aqui estão e são acolhidas.-----

Ficámos muito preocupados com a participação número 81. Esta participação que tem até elementos do Partido Socialista no seu elenco de subscritores, pergunta sobre a zona do Cabo Mondego e pede que aquela zona apenas venha a admitir a reabilitação do edificado e do espaço exterior envolvente, e o futuro de ocupação a atividades de investigação, tendo em conta a riqueza de conhecimento que se pode obter naquela zona e abertas as restrições existentes.-----

Nem sequer é parcialmente acolhida, ela é absolutamente não acolhida, e isto deixa-nos muitíssimo preocupados.-----

Afinal o que se propõe para ali? Vai-se insistir na transformação de um sítio que deveria ser museológico e de altíssimo significado científico em mais um resort de luxo, em que a vertente científica esteja lá, mas diminuída?-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Quando o Plano Diretor Municipal veio para aprovação, foi dito que ele iria cumprir o desígnio de normalizar o espaço territorial no Concelho da Figueira da Foz, resolvendo todos os problemas. Ou seja, foi-nos garantido que a esta Assembleia Municipal deixariam de vir pedidos de regularização excecional. Também nos foi dito que outro dos desígnios deste Plano Diretor Municipal era, exatamente, procurar uma harmonização entre o espaço urbano e espaço rural.-----

Ora, penso que a realidade mais uma vez contraria a narrativa oficial!-----

Não há sessão de Assembleia Municipal em que não sejam apresentados pedidos excecionais como aquele que acabámos de votar. Por que razão não foi isto, na



altura, congeminado?! Porque não se trataram destes casos nessa altura?!-----
Em segundo lugar, como já foi observado e bem, a enorme quantidade de participações na zona mais rural do Concelho demonstra que, afinal, havia e há problemas.-----

Por outro lado, esta já é a quinta alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal.-----

Segundo creio, este Plano Diretor Municipal tem uma vigência de dois, três anos, se tanto, se estiver errado por favor corrijam-me. Mas para um Plano Diretor Municipal com esta vigência, irmos já na quinta alteração, parece-me que, de facto, ou trabalho não foi bem feito ou então há alguma coisa que nos está a escapar. E, por isso mesmo, penso que esta Assembleia Municipal devia ser elucidada em relação a isto.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Ainda bem que há participação! Ainda bem que em 2017 fizemos a Revisão do Plano Diretor Municipal! Ainda mal que em 2008 o Partido de Socialista se tenha mostrado disponível para fazer a alteração do Plano Diretor Municipal no executivo do Partido Social Democrata, e os membros da Assembleia do Partido Social Democrata não quiseram fazer essa Revisão! E isso levou a um conjunto de situações complexas como as que hoje estamos a resolver.-----

Mas aquilo que nós temos vindo a trazer aqui são situações que podem ser legalizadas. Outras não, como aconteceu por exemplo, com a CRIGADO - Sociedade Agro-Pecuária. São situações que estavam construídas, mas toda a gente olhava para o lado.-----

Com mais de trinta e tal mil artigos urbanos registados, é impossível saber o que está legal ou não, e o Plano Diretor Municipal veio permitir a regularização excecional deste tipo de situações. Mas permitiu-o com este rigor e transparência de ter de vir aqui à Assembleia Municipal.-----

Independentemente disso, deputada municipal Silvina Anadio Queiroz não há respostas «à la carte», porque esta alteração é submetida ao parecer de vinte e cinco instituições. Ou seja, algumas enquadram-se, outras não!-----

Nós fizemos um Plano Diretor Municipal com determinados princípios, temos cinco mil fogos devolutos, queremos reabilitar, não queremos fogos novos, não queremos mais impermeabilização e, simultaneamente, casas abandonadas. E a nossa política de habitação, aprovada por este órgão, é nesse sentido. Tal não quer dizer que, amanhã, não façamos alguma alteração ao Plano Diretor Municipal a permitir



construção em algumas zonas onde hoje não podemos construir. Haja pressão urbanística! Estou a olhar, por exemplo, para a Marinha das Ondas onde tal pode vir a acontecer atendendo ao número de pessoas que tem procurado a Freguesia.--- No momento em que acharmos que as casas que lá estão não dão resposta e se tenha de construir de novo, como é óbvio, teremos de alterar o Plano Diretor Municipal.-----

Felizmente, não temos aqui uma atividade estática, vamos evoluindo consoante as necessidades.-----

Aquilo que ninguém quer é construção em zonas de risco de incêndio, para onde depois teríamos de canalizar bombeiros da região.-----

Portanto, são estes os condicionalismos, mas nem são nossos, são das vinte e cinco instituições que estão connosco a avaliar o Plano Diretor Municipal.-----

Cabo Mondego, senhora Deputada, não se pode lá construir nem mais um centímetro. Pretende-se que aquela zona tenha uma componente turística e diversificação. A ideia é recuperar alguns daqueles edifícios, preferencialmente, na perspetiva de serem usados para investigação, mas também para turismo.-----

Não queremos transformar aquilo numa zona com grande densidade, aliás, nem ninguém quereria, porque o negócio canibalizava-se um ao outro, mas queremos que seja um sítio de grande investigação. Hoje todos falamos na economia azul, mas o Oceano Atlântico abriu ali.-----

Só a título de curiosidade, duas boas notícias porque estou a falar de turismo: hoje temos um hotel de cinco estrelas na Figueira da Foz, o hotel Malibu, e a outra boa notícia é que encontrámos uma pegada de dinossauro na Rua dos Frades, algo que também já não se encontrava há muito tempo. Mas os dinossauros andam por aí...-----

O Plano Diretor Municipal permitiu, ainda, a instalação de algumas unidades de atividade industrial em algumas áreas já previstas, nomeadamente, no Paião, e pequenos ajustes das caves no Regulamento, porque as caves e o estacionamento em caves contava para o índice e agora deixou de contar.-----

E como disse há pouco a Vice-Presidente, a aprovação das médias superfícies tem de vir a esta Assembleia Municipal para o processo ser transparente.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Estou muito feliz porque os figueirenses estão a ouvir.- Eu preferia viver num Concelho onde o Plano Diretor Municipal fosse prospetivo em relação ao futuro, fosse aquilo que deve ser. Um Plano Diretor Municipal deve



prever uma harmonização conjugada de um Concelho sustentável.-----
A última intervenção, a meu ver e com todo o respeito, absolutamente infeliz do Presidente da Câmara, mostra exatamente o contrário. Não há qualquer estratégia para o desenvolvimento sustentável da Figueira da Foz, é tudo casuístico e é tudo tendo em conta a vontade de qualquer um. Se aparecer alguém, então, nós voltamos atrás...-----

Senhor Presidente, um Plano Diretor Municipal é exatamente o inverso, é a prospeção daquilo que se quer para um futuro sustentável, é aquilo que se quer para a Figueira da Foz do futuro."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: "Ainda bem que tenho esta palavra para poder trocar com o meu amigo Teotónio Cavaco, e podemos continuar na brincadeira, e aqui fazia-lhe lembrar que não foi em Pádua, foi em Salamanca.-----

E ainda bem que estamos a ser transmitidos em direto, para ficar para memória futura, que eu lhe recomendei que lesse ou relesse uma fábula de Esopo, da Grécia, porque há quatro anos a esta parte que aqui estou sentado e o senhor faz-me lembrar a fábula «O Velho, o Menino e o Burro».-----

Seja o que for que esta Câmara Municipal faça, está mal! Ou o menino vai a pé mais o velho e são burros porque têm de ir cima do burro, ou o burro leva o velho e o menino tem de ter vergonha porque está mal, ou o desgraçado do velho mete o menino em cima do burro e também está mal.-----

Portanto, em quatro anos, deputado municipal Teotónio Cavaco, aquilo que eu tenho presenciado da sua contribuição - não com um projeto, ainda não ouvi aqui um projeto, uma delineação, uma orientação, um rumo político que senhor tenha aqui apresentado - efetivamente, é a história de Esopo.-----

E senhor Presidente da Câmara, sabemos nós qual é a moral da história, não é? Façamos o que nós fazemos está sempre mal!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Matias Tavares.-----

JOSÉ MATIAS TAVARES: "Não sendo letrado, aproveito a boleia para complementar a intervenção do meu colega deputado municipal Fernando Martins Lopes.-----
Aconselho o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco a ouvir atentamente aquele tema dos Madredeus, de Teresa Salgueiro, que ao largo ainda arde a barca da fantasia.-----

Chamem os bombeiros para apagar o vosso fogo! Não percebo, é exatamente como foi dito há pouco, a vossa barca da fantasia continua a arder!"-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Este Plano Diretor Municipal é para dez anos e, na minha perspetiva, o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco usou o exemplo que dei da Marinha das Ondas para deturpar aqui a situação.-----

Em 2017 não era previsível a vinda de tantos migrantes para a Marinha das Ondas, mas o problema ainda não existe, mas nós existimos e resolvemos.-----

Também não era expectável que viessem tantos e estivessem tantos a querer vir para a Figueira. Também não era expectável que alguns que cá estão quisessem sair. Pronto, são aquelas situações que nós temos de ir acompanhando."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Rui Pinto Ferreira, do Partido Social Democrata, Pedro Alves Macedo, e o deputado municipal independente Manuel Fernandes Domingues, ao abrigo das disposições combinadas do n.º 1 do art.º 90.º e n.º 1 do art.º 119.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua última redação, deliberou, por maioria, com vinte e seis votos a favor dos membros do Partido Socialista e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, uma abstenção do membro do Bloco de Esquerda, e dez votos contra dos membros do Partido Social Democrata e da Coligação Democrática Unitária, aprovar a versão final da 5.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal, elaborada após os procedimentos previstos no n.º 6 do art.º 89.º do normativo legal invocado.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.6 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DO ESPAÇO COWORKING DO EDIFÍCIO QUARTEL DA IMAGEM DA FIGUEIRA DA FOZ

Pelo Presidente da Câmara foi proposto para apreciação e votação o Regulamento do Espaço Coworking do Edifício Quartel da Imagem da Figueira da Foz, o qual se dá aqui como integralmente reproduzido, constituindo o anexo número cinco à presente ata.-----

Acresce, ainda, que todo este processo foi precedido de consulta pública nos termos e para os efeitos do n.º 1 do art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, não tendo sido recebidas quaisquer sugestões/contributos de alteração ao documento final.-----



Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 31 de maio de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Este Regulamento esteve em consulta pública. Foi tudo concertado de forma ao Regulamento estar pronto quando o Quartel abrir, para se poder avançar de imediato. E já temos bastantes interessados para frequentar aquele Coworking."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Social Democrata, Pedro Alves Macedo, e o deputado municipal independente Manuel Fernandes Domingues, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea m) do n.º 2 do art.º 23.º e alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com trinta e seis votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, duas abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, aprovar o Regulamento do Espaço Coworking do Edifício Quartel da Imagem da Figueira da Foz, bem como, a fundamentação económico-financeira das taxas previstas no seu art.º 18.º.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.7 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO PARA O RECONHECIMENTO DO INTERESSE DO INVESTIMENTO PARA O CONCELHO E ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a alteração ao Regulamento para o Reconhecimento do Interesse do Investimento para o Concelho e Atribuição de Benefícios Fiscais, cuja versão final se dá aqui como integralmente reproduzida, constituindo o anexo número seis à presente ata.-----

Acresce, ainda, que todo este processo foi precedido de consulta pública nos termos e para os efeitos do n.º 1 do art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, não tendo sido recebidas quaisquer sugestões/contributos de alteração ao documento final.-----

Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 07 de junho de 2021.-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Social Democrata, Pedro Alves Macedo, e o deputado municipal independente Manuel Fernandes Domingues, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea m) do n.º 2 do art.º 23.º e alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao Regulamento para o Reconhecimento do Interesse do Investimento para o Concelho e Atribuição de Benefícios Fiscais.---

Deliberação aprovada em minuta.-----

- 5.8 - AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO SITA NA AV. ª DR. JOAQUIM DE CARVALHO, A DESTACAR DO TERRENO PROPRIEDADE MUNICIPAL DESTINADO A CONSTRUÇÃO URBANA; DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO SITA NA RUA DR. NOGUEIRA DE CARVALHO, PARA ANEXAR AO TERRENO PROPRIEDADE MUNICIPAL DESTINADO A CONSTRUÇÃO URBANA**

Pelo Presidente foi proposta a afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 73 m², sita na Av. ª Dr. Joaquim de Carvalho, a destacar do terreno propriedade municipal destinado a construção urbana e a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 54 m², sita na Rua Dr. Nogueira de Carvalho, para anexar ao terreno propriedade municipal destinado a construção urbana, que o Município pretende alienar.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 07 de junho de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Social Democrata, Pedro Alves Macedo, e o deputado municipal independente Manuel Fernandes Domingues, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes da alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade:-----

- 1 - afetar ao domínio público municipal uma parcela de terreno, com a área de 73**



m2, a destacar do terreno propriedade municipal destinado a construção urbana, sito na Av.ª Dr. Joaquim de Carvalho, a confrontar a Norte com a Av.ª Dr. Joaquim de Carvalho, a Sul com domínio público municipal (passeio), a Nascente com terreno do Município da Figueira da Foz, e a Poente com Idília Maria Mesquita da Silva; -----

2 - desafetar do domínio público municipal uma parcela de terreno, com a área de 54 m2, sita na Rua Dr. Nogueira de Carvalho, a confrontar do Norte e Nascente com terreno do Município da Figueira da Foz, a Sul com a Rua Dr. Nogueira Carvalho, e a poente com domínio público municipal (passeio), para anexação ao terreno propriedade municipal destinado a construção urbana. -----

Deliberação aprovada em minuta. -----

5.9 - MEDIDAS DE APOIO À TESOURARIA DAS EMPRESAS E EMPRESÁRIOS EM NOME INDIVIDUAL NO ÂMBITO DA CRISE PANDÉMICA COVID 19 - REDUÇÃO DA TAXA DO MÊS DE ABRIL DE 2021 AOS CONCESSIONÁRIOS DOS MERCADOS MUNICIPAIS - RATIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 31 DE MAIO DE 2021

Pelo Presidente de Câmara foi proposta a ratificação da deliberação de Câmara de 31 de maio de 2021, que aprovou medidas de apoio à Tesouraria das empresas e empresários em nome individual, no âmbito da crise pandémica Covid 19, em termos de redução em 50% das taxas devidas no mês de abril pela ocupação dos lugares nos mercados municipais, aos concessionários das lojas e módulos aos quais foi isentado ou reduzido em 50% o valor das taxas referentes ao primeiro trimestre de 2021, pelo facto de estarem abertos com diversos condicionamentos. -----

Subjaz a esta proposta o facto de a Figueira da Foz só ter passado à fase seguinte do desconfinamento a partir do dia 30 de abril, o que levou estes comerciantes a manterem os seus espaços abertos com algumas condicionantes durante todo o mês de abril. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte. -----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Social Democrata, Pedro Alves Macedo, e o deputado municipal independente Manuel Fernandes Domingues, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas do n.º 1 do art.º 2.º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, cuja vigência foi prorrogada até 31 de dezembro de 2021 pelo n.º 3 do art.º 4.º do



Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro, art.º 35.º-U do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, na sua última redação, e art.º 164.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, deliberou, por unanimidade, ratificar a deliberação de Câmara de 31 de maio de 2021, que aprovou a redução em 50% das taxas devidas no mês de abril pela ocupação dos lugares nos mercados municipais, aos concessionários das lojas e módulos aos quais foi isentado ou reduzido em 50% o valor das taxas referentes ao primeiro trimestre de 2021, pelo facto de terem estado a funcionar com alguns condicionalismos, convalidando todos os atos e efeitos subsequentes à referida deliberação de Câmara.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.10 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA «ECOPISTA DO ANTIGO RAMAL FERROVIÁRIO DA FIGUEIRA DA FOZ»

Pelo Presidente foi proposto para apreciação e votação um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra no âmbito da «Ecopista do Antigo Ramal Ferroviário da Figueira da Foz», a celebrar com os Municípios de Figueira da Foz, Cantanhede, Mealhada, Montemor-o-Velho, tendo em vista determinar as responsabilidades relacionadas com os procedimentos necessários ao lançamento, execução e operacionalização do Projeto «Ecopista do Antigo Ramal Ferroviário da Figueira da Foz», nomeadamente no que respeita à implementação do Projeto de Execução, Empreitada e Fiscalização e Coordenação de Segurança, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número sete à presente ata.----- Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 21 de junho de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Nós não temos nada contra a mobilidade suave e, nomeadamente, contra a questão da descarbonização mais do que nunca candente nos dias de hoje.-----

Mas nós nunca nos esquecemos do que é prioritário do nosso ponto de vista. E para o Governo da Nação, a ferrovia é assumida pelo Ministro Pedro Nuno Santos como uma prioridade entre as prioridades.-----

Já não é a primeira vez que falámos disto, havendo uma estrutura lançada, uma linha de comboio de transporte de passageiros e mercadorias, nós não podemos e



nunca vamos aceitar esta solução. Por isso, iremos votemos contra e lembrar uma coisa simples: três milhões e setecentos mil euros dariam para pôr um comboio andar.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Partilhamos da mesma opinião deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.”-----

Agora, esta é a maneira de manter o canal aberto, porque o canal estava a ser tomado já por alguns particulares e por infestantes. Se lermos a génese deste processo, se não me engano, é no segundo parágrafo, diz-se «funcionará em ecopista enquanto as Infraestruturas de Portugal não colocarem a linha de caminho de ferro».-----

Como sabem, a anterior linha com sulipas, aquelas traves de madeira onde os carris eram apoiados, já não funciona para os comboios dos nossos dias. Felizmente, agora a linha da Beira Alta está a ser requalificada com a vertente de passageiros e mercadorias, e continuamos a considerar que a linha da Pampilhosa poderá ser uma variante importante.-----

Independentemente disso, também deixar aqui presente, só repetindo as palavras do senhor Ministro, que a ligação rápida Lisboa/Porto, com paragem em Coimbra e Aveiro, também alivia bastante a linha do Norte, portanto, permitindo-lhe suportar mais transporte de futuro. Estamos a caminhar.-----

Para já tivemos aqui uma muito pequenina conquista, que é esta ligação rápida Figueira da Foz/Coimbra B/Porto/Valença, ir e vir. Entretanto, já tivemos reuniões com a Comboios de Portugal, E.P.E. e estamos a tê-las também com a Infraestruturas de Portugal, porque queremos, quase poderia dizer, exigimos que a ligação Figueira da Foz/Coimbra, perca no mínimo quinze minutos.-----

E com a ligação do intercidades Figueira da Foz/Valença, ele demora se não me engano trinta e nove minutos daqui até Coimbra B. Portanto é possível e estamos a trabalhar nesse sentido. Por outro lado, o senhor Ministro diz ir duplicar parte da linha Figueira da Foz/Coimbra. Dificilmente poderá ser duplicada a parte da linha Figueira da Foz/Alfarelos, mas se uma parte significativa o for, podemos poupar esses quinze minutos.-----

Eu também concordo com a mobilidade suave, mas estamos igualmente preocupados com a descarbonização, e esta faz-se muito à conta dos transportes públicos. E um dos transportes públicos que mais podem contribuir para a descarbonização é o comboio elétrico, que nem sequer tem o problema de baterias e de lítio.-----



Portanto, estamos de acordo.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Rui Jordão Bronze e Clarisse Silva Oliveira, do Partido Social Democrata, Pedro Alves Macedo, e o deputado municipal independente Manuel Fernandes Domingues, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º, alínea f) do n.º 2 do art.º 81.º, e art.ºs 116.º a 120.º, todos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com trinta e quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, duas abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, autorizar o Município da Figueira da Foz, a celebrar com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra no âmbito da «Ecopista do Antigo Ramal Ferroviário da Figueira da Foz», tendo em vista determinar as responsabilidades relacionadas com os procedimentos necessários ao lançamento, execução e operacionalização do Projeto «Ecopista do Antigo Ramal Ferroviário da Figueira da Foz», nomeadamente no que respeita à implementação do Projeto de Execução, Empreitada e Fiscalização e Coordenação de Segurança.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.11 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA «CICLOVIA DO MONDEGO»

Pelo Presidente foi proposto para apreciação e votação um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra no âmbito da «Ciclovia do Mondego», a celebrar com os Municípios de Figueira da Foz, Coimbra e Montemor-o-Velho, tendo em vista determinar as responsabilidades relacionadas com os procedimentos necessários ao lançamento, execução e operacionalização do Projeto «Ciclovia do Mondego», nomeadamente no que respeita à implementação do Projeto de Execução, Empreitada e Fiscalização e Coordenação de Segurança, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número oito à presente ata.-----
Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 21 de



junho de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Rui Jordão Bronze e Clarisse Silva Oliveira, do Partido Social Democrata, Pedro Alves Macedo, e o deputado municipal independente Manuel Fernandes Domingues, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º, alínea f) do n.º 2 do art.º 81.º, e art.ºs 116.º a 120.º, todos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com trinta e quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sem abstenções, e dois votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, autorizar o Município da Figueira da Foz, a celebrar com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra no âmbito da «Ciclovia do Mondego», tendo em vista determinar as responsabilidades relacionadas com os procedimentos necessários ao lançamento, execução e operacionalização do Projeto «Ciclovia do Mondego», nomeadamente no que respeita à implementação do Projeto de Execução, Empreitada e Fiscalização e Coordenação de Segurança.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.12 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO E CONTAS CONSOLIDADAS DO GRUPO MUNICIPAL DE 2020

Pelo Presidente da Câmara foram presentes os documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Municipal referentes ao ano de 2020, elaboradas nos termos do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação, Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, bem como na Instrução n.º 1/2019-PG, de 06 de março, e Resolução do Tribunal de Contas n.º 2/2020, de 23 de dezembro, e tendo como base o Manual de Consolidação aprovado pela Câmara Municipal em 07 de junho de 2021.-----

Estes documentos ficarão devidamente arquivados na Divisão de Finanças e Património/Subunidade Orgânica de Contabilidade, deste Município, e disponíveis, para consulta, quando para tal forem solicitados.-----

Estes documentos foram votados favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 21



de junho de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Nós levantámos, há muito tempo, os problemas existentes nos prédios do Bairro da Bela Vista, propriedade da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal. Esperamos, sinceramente, que eles tenham vindo a ser resolvidos na sua totalidade... Iremos confirmar.-----

Positivo neste documento, os dezanove dias de espera para pagamento, mas continua a haver muita coisa a melhorar.-----

A Coligação Democrática Unitária irá votar contra o documento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "É, sim senhor."-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "É apenas uma dúvida que gostaria de colocar.-----

Uma das participadas é a Municípiã. A páginas vinte e três, fala-se que esta empresa, no ano de 2020, registou um resultado líquido negativo de 1.596.118,00. Ora, sendo a participação do Município da Figueira da Foz nesta empresa de 2,31%, isso dá qualquer coisa como cerca 37 mil euros a pagar durante este ano. - Numa altura tão difícil e em que os apoios são tão escassos, justifica-se que se onerem os munícipes figueirenses com uma participação destas?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, tem razão. Não se justifica hoje, nem quando os senhores entraram para a Municípiã. É verdade! - Está a ver? Mais uma herança! Aqui aplica-se o grande provérbio «cada tiro, cada gaio».-----

Já tentámos sair, até por vias judiciais, mas não conseguimos. Isto é um processo complicado, porque vem de há muito tempo atrás, obriga-nos a litigar e, por isso, temos tantas ações em Tribunal. Mas queremos sair para deixar menos esse problema para o próximo mandato."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Adelaide Carraco Reis e Clarisse Silva Oliveira, do Partido Social Democrata, Pedro Alves Macedo, e o deputado municipal independente Manuel Fernandes Domingues, deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos



membros do Partido Socialista e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, uma abstenção do membro do Bloco de Esquerda, e dez votos contra dos membros do Partido Social Democrata e da Coligação Democrática Unitária, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas do n.º 2 art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e alínea 1), in fine, do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambos na sua última redação, aprovar os documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Municipal, relativos ao ano de 2020.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.13 - 4.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO PARA 2021

Pelo Presidente da Câmara foi presente para apreciação e aprovação a 4.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número nove à presente ata.-----
Esta revisão tem subjacente a correção do valor do Saldo de Gerência de 2020 incorporado no Orçamento Municipal de 2021 para o montante de 11.810.046,20 €; a reprogramação do investimento «Beneficiação no edifício Palácio Conselheiro Branco»; a inscrição de plurianualidade na ação «Comparticipação financeira do Município no Projeto Ciclovia do Mondego», promovido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra; a inscrição da nova ação «Comparticipação financeira do Município no Projeto Ecopista do Antigo Ramal Ferroviário da Figueira da Foz», promovido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra; e os ajustamentos das plurianualidades do investimento «Ponte sobre o Rio Mondego - Eurovelo 1 - Rota da Costa Atlântica», da ação «Manutenção e Conservação de Zonas Verdes», da ação PEDEPE - A efetuar pelo munícipes - prolongamento de Horário - Jardins de Infância», e da ação «Componente de Apoio à Família - Serviços de ATL - Aquisição de Serviços», considerando os encargos previstos.-----

Esta 4.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021 foi votada favoravelmente em reunião de Câmara de 21 de junho de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Adelaide Carraco Reis e Clarisse Silva Oliveira, do Partido Social



Democrata, Pedro Alves Macedo, e o deputado municipal independente Manuel Fernandes Domingues, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com vinte e seis votos a favor dos membros do Partido Socialista, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sem abstenções, e dez votos contra dos membros do Partido Social Democrata e da Coligação Democrática Unitária, aprovar a 4.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021, tendo como objetivo a correção do valor do Saldo de Gerência de 2020 incorporado no Orçamento Municipal de 2021 para o montante de 11.810.046,20 €; a reprogramação do investimento «Beneficiação no edifício Palácio Conselheiro Branco»; a inscrição de plurianualidade na ação «Comparticipação financeira do Município no Projeto Ciclovia do Mondego», promovido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra; a inscrição da nova ação «Comparticipação financeira do Município no Projeto Ecopista do Antigo Ramal Ferroviário da Figueira da Foz», promovido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra; e os ajustamentos das plurianualidades do investimento «Ponte sobre o Rio Mondego - Eurovelo 1 - Rota da Costa Atlântica», da ação «Manutenção e Conservação de Zonas Verdes», da ação PEDEPE - A efetuar pelo municípios - prolongamento de Horário - Jardins de Infância», e da ação «Componente de Apoio à Família - Serviços de ATL - Aquisição de Serviços», face aos encargos previstos.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

**5.14 - PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS -
AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DOS ENCARGOS PLURIANUAIS**

Pelo Presidente da Câmara Municipal foi proposta a abertura de um procedimento para aquisição de seguros - Lote 1 - Frota Automóvel; Lote 3 - Acidentes Pessoais; Lote 4 - Acidentes Pessoais Autarcas; Lote 5 - Acidentes Pessoais Bombeiros; Lote 6 - Responsabilidade Civil; Lote 7 - Multirriscos - por Consulta Prévia ao abrigo do Acordo Quadro da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, pelo prazo de trinta e seis meses, cujo valor de despesa estimada é de 617.241,00 € (seiscentos e dezassete mil duzentos e quarenta e um euros), isento de Imposto sobre o Valor Acrescentado nos termos do art.º 9.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 21 de junho de 2021.-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Adelaide Carraco Reis e Clarisse Silva Oliveira, do Partido Social Democrata, Pedro Alves Macedo, e o deputado municipal independente Manuel Fernandes Domingues, deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, e aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, todos na sua última redação, autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da repartição dos encargos com a celebração do contrato desta aquisição de serviços de seguros (Lote 1 - Frota Automóvel; Lote 3 - Acidentes Pessoais; Lote 4 - Acidentes Pessoais Autarcas; Lote 5 - Acidentes Pessoais Bombeiros; Lote 6 - Responsabilidade Civil; Lote 7 - Multirriscos) pelos anos económicos de 2021 a 2024, os quais não poderão exceder:-----
- Ano económico de 2021 - 102.873,50 € (cento e dois mil oitocentos e setenta e três euros e cinquenta cêntimos), isento de Imposto sobre o Valor Acrescentado; -
- Ano económico de 2022 - 205.747,00 € (duzentos e cinco mil setecentos e quarenta e sete euros), isento de Imposto sobre o Valor Acrescentado;-----
- Ano económico de 2023 - 205.747,00 € (duzentos e cinco mil setecentos e quarenta e sete euros), isento de Imposto sobre o Valor Acrescentado;-----
- Ano económico de 2024 - 102.873,50 € (cento e dois mil oitocentos e setenta e três euros e cinquenta cêntimos), isento de Imposto sobre o Valor Acrescentado. -
Deliberação aprovada em minuta.-----

5.15 - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2021

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a alteração ao Mapa de Pessoal de 2021 da Câmara Municipal da Figueira da Foz, nele se criando um lugar de 2.º Comandante dos Bombeiros Sapadores (no quadro de Comando); um posto de trabalho de Técnico Superior, na área de Gestão, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, na Divisão de Finanças e Património; um posto de trabalho de Assistente Operacional em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, na Divisão de Turismo e



Desenvolvimento Económico; e um posto de trabalho de Assistente Técnico em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo, na Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho, contemplado nos rácios determinados pelo Ministério da Educação, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número dez à presente ata.-----

Subjaz a esta proposta o aumento dos complexos procedimentos da Contratação Pública na sequência de alteração legislativa, e a ocorrência de algumas aposentações nos serviços.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 21 de junho de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "No fim da primeira página, é-nos referido que em maio de 2021, portanto, muito recentemente, se aposentou uma assistente técnica na Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho. Ora, se a senhora se aposentou é necessário que o trabalho dela seja desenvolvido por alguém.-----

E diz-nos, ao mesmo tempo, estar em curso um procedimento concursal em fase de análise de candidaturas. Entretanto, esta trabalhadora que vai assumir necessidades permanentes do serviço vai ser contratada em regime de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo. Por que não outro vínculo, na medida em que as necessidades que vai colmatar são necessidades permanentes do serviço? Depois, concomitantemente ou daqui a pouco tempo, o concurso será concluído e entrarão as pessoas nesse classificadas. Então, estas contratações não vão torpedear o expresso no art.º 57.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, como tem vindo, infelizmente, a acontecer com alguma frequência?-----

É que esse articulado da Lei apenas admite a contratação a termo resolutivo certo para substituições e para colmatar dificuldades absolutamente transitórias."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Christopher Maia Oliveira.-----

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Irei focar-me em três tópicos principais.-----

Parque Municipal de Campismo - irá ser alvo de mais um reforço de recursos humanos, de forma a salvaguardar o maior fluxo de veraneantes em período estival?-----

Mencionam que a contratação de mais um assistente técnico para a Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho se prende com as dificuldades acrescidas na



realização de trabalho administrativo. Tendo em linha de conta a intervenção da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, por que razão o contrato de trabalho é a termo resolutivo certo?-----

Tanto no presente Mapa de Pessoal, como no que veio aqui à Assembleia Municipal na última sessão, a unidade orgânica Domus tem a totalidade de postos de trabalho por preencher. Qual a razão para isto acontecer?-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Relativamente ao assistente técnico para a Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho há aqui duas explicações para isso. Primeiro, este concurso para contrato a termo certo é muito mais rápido do que o outro para tempo indeterminado; segundo, a nossa política tem sido começar por contratar a termo e, depois, se as coisas derem certo, renovarmos os contratos.- Permitam-me informá-los que renovamos contrato, se não me engano, a mais de noventa e cinco pessoas que têm passado de termo certo para indeterminado.-----

Mas percebo a questão, só que aqui, fundamentalmente, há uma questão de tempo.-- Relativamente ao reforço do Parque Municipal de Campismo contratámos já mais duas pessoas e esta é mais uma além daquelas que estão já contratadas.-----

E porque o senhor Deputado Christopher levantou a questão do Parque Municipal de Campismo, permitam-me também convidar-vos todos a visitá-lo, pois terei o máximo prazer em vos acompanhar. Tem sido lá feito um trabalho incrível, coordenado pela Engenheira Maria João Pombo e pelos trabalhadores que lá estão.-----

Relativamente à Figueira Domus, as vagas estão aí porque se ponderou a hipótese de se internalizar a empresa. Contudo, nós considerámos que, neste momento, não era o tempo certo para isso. É uma decisão a ser feita em início de mandato. Só por isso os postos de trabalho estão previstos no Mapa de Pessoal.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Raul Portugal, António Simões Jesus e Clarisse Silva Oliveira, do Partido Social Democrata, Teotónio Jesus Cavaco e Pedro Alves Macedo, e o deputado municipal independente Manuel Fernandes Domingues, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1, 2 e 4 do art.º 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua última redação,



deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Figueira da Foz do ano de 2021, nele se criando um lugar de 2.º Comandante dos Bombeiros Sapadores (no quadro de Comando); um posto de trabalho de Técnico Superior, na área de Gestão, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, na Divisão de Finanças e Património; um posto de trabalho de Assistente Operacional em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, na Divisão de Turismo e Desenvolvimento Económico; e um posto de trabalho de Assistente Técnico em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo, na Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho, contemplado nos rácios determinados pelo Ministério da Educação.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.16 - ACORDO DE FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO ABRIGO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS, ENQUANTO AUTORIDADES DE TRANSPORTES, E FINANCIAMENTO DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL E INTER-REGIONAL

Pelo Presidente da Câmara foi proposto um Acordo de Financiamento a celebrar com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências dos Municípios, enquanto Autoridades de Transportes, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número onze à presente ata.-----

Na sequência da aprovação, em sede de Assembleia Municipal de 15 de dezembro de 2016, do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado entre o Município da Figueira da Foz e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, relativamente ao sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros, foi, em 19 de dezembro de 2019, por esta Assembleia Municipal aprovado um Acordo de Financiamento das atividades exercidas no âmbito do respetivos Contratos Interadministrativos. Este novo Acordo de Financiamento implica uma reprogramação financeira, que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano deverão integrar, e traduz-se em alterações de valores e percentagens, aditamentos de considerandos e cláusulas, não alterando a essência do documento anterior.-----

Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 21 de junho de



2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Christopher Maia Oliveira.-----

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "A certa altura lê-se que as competências próprias e delegadas da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra serão exercidas, em parte, através da celebração de um contrato de serviço público com um operador privado, selecionado por concurso público para a exploração de uma rede de transporte público de passageiros.-----

Tendo isto em linha de conta, quando o contrato for celebrado o que acontecerá com os operadores privados atualmente responsáveis pelos transportes de passageiros na Figueira da Foz, como por exemplo a AVIC? Este contrato irá aumentar o número de trajetos, horários e linhas existentes nos dias de hoje, aumentando assim a coesão territorial no nosso Concelho?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Para além das questões colocadas pelo deputado municipal Christopher Maia Oliveira, queria deixar aqui duas ou três perguntas e uma observação.-----

É aqui mencionado em várias partes do documento o anexo um. O anexo um não está junto dos documentos, por isso, ficamos sem possibilidade de verificar exatamente o que dele consta. Solicito, desde já, que os serviços nos façam chegar o anexo um, para o podermos analisar.-----

Depois, há aqui uma série de termos como, por exemplo, a rede obrigatória e a rede voluntária que não fazem parte do regime jurídico, mas aqui até estão subdivididas. Ficamos a perceber que o adjudicatário propõe no concurso a rede voluntária e a rede de transporte público de passageiros que será objeto do contrato é a rede obrigatória. Também ficamos a saber que nesta rede obrigatória há a rede atual e a rede nova. O valor a pagar pela Câmara é praticamente 1 milhão de euros em cinco anos.-----

Ou seja, sabemos que se propõem realizar um concurso com 7,5 milhões de quilómetros, 2 milhões para a rede atual e 5,5 milhões para a rede nova. O que é isto exatamente? E como ficamos em termos municipais?-----

Portanto, nós sabemos o que lemos, mas não sabemos o que estamos a ler, porque não sabemos a que se refere.-----

Eu fico contente que haja um comboio que sai daqui e que vai até lá cima e volta



no mesmo dia. Mas eu peço encarecidamente à Câmara Municipal e ao seu executivo para pensarem naquelas pessoas que, durante anos e anos, utilizam diariamente o comboio, porque um quarto de hora a menos na viagem Figueira/Coimbra era ótimo, e levaria certamente muito mais pessoas a utilizá-lo.-----
Nunca houve via dupla na linha Figueira/Coimbra, e há sítios onde tal não pode acontecer, mas era ótimo existir um serviço de comboio que demorasse menos 15 minutos por viagem. Era muito bom!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Apesar das minhas intervenções causarem um certo rebuliço nos deputados municipais Fernando Martins Lopes e José Matias Tavares, o que seria da política sem a filosofia? Não é?-----

E a filosofia começa com a dúvida e com o questionamento. Portanto, nós estamos aqui para duvidar, não no sentido da presunção de que haja alguma coisa escondida, mas para percebermos.-----

Quando este assunto aqui veio pela primeira vez, foi-nos explicado que sendo tratado através da Comunidade Intermunicipal permitiria um conjunto de mais valias, as quais no seu conjunto levariam não só a um serviço melhor em cada município, mas também a menores custos associados a esse serviço.-----

Ora, sem colocar em causa a bondade deste acordo, parece-nos que, afinal, começam a aparecer letrinhas pequeninas. Mas então qual é o papel da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra? O que estamos aqui a fazer?-----

Ao fim e ao cabo a contratação dos serviços vai ser muito de cada um dos municípios. Então, qual é o benefício para o Município da Figueira da Foz em pertencer a uma Comunidade Intermunicipal?!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: "Deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, não há rebuliço nenhum. Não misture a dúvida que aponta para a filosofia, com afirmações unilaterais.-----

A filosofia seria isto: qual a razão? Qual a proposta? Olhe, nós apresentamos esta. Nós defendemos isto...-----

Isso seria interessantíssimo, porque isso sim, iria elevar a participação e levar à sua afirmação do que seria da política sem a filosofia.-----

Mas não há, efetivamente, essa postura de questionamento. Há uma postura obtusa de não questionamento e de afirmação contrária, sempre a apontar para aquilo que



se possa vir a fazer nunca ser aceite.-----
Seria nobre, isso sim, para a filosofia que quando a Câmara e o seu executivo realizam coisas, o senhor dissesse, como o fez na primeira reunião há quatro anos, estamos aqui todos para lutar pelo bem dos figueirenses.-----
Então nessas alturas senhor deputado, porque não usar da palavra, e agora até temos aqui imagem, e reconhecer o que está bem feito.-----
Isto é o que se ensina no mundo da filosofia: o reconhecimento do erro, o diálogo e a questão. Não é questionar por questionar, é questionar para construir.-----
Não tenho nada contra as suas intervenções, é livre de as fazer da maneira que as entender. Agora, a mim não me faz rebuliço, cria-me alguma tristeza, mas isso é outra história. É a minha emoção, mas eu tenho de viver com esse sentimento. Paciência!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Matias Tavares.-----

JOSÉ MATIAS TAVARES: "Vou falar e não vou a reboque de ninguém. Deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, aconselhou-nos a esquecer o passado, mas nós não podemos esquecer o passado porque ele se reflete no presente. Aliás, o Presidente da Câmara tem dado respostas assertivas daquilo que estamos a passar e a pagar por causa do passado.-----
Por isso, faço minhas as palavras do deputado municipal Fernando Martins Lopes. - Termino desta forma: vamos lutar para que o Concelho seja cada vez melhor, e não é com atitudes negativas que o vamos conseguir. Portanto, com toda a educação elevação um abraço fraterno para vós. Não estou em campanha política, porque não serei candidato nas próximas eleições.-----
Mas ainda não tendo partido, já estou com saudades do debate positivo que nos leva a fazer coisas e não do bota abaixo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Na página 24 do Acordo, na cláusula 11, sobre o financiamento do serviço intermunicipal, pode ler-se Figueira da Foz zero por cento. -----

Serviço intermunicipal, nós temos vários, o que vai daqui para Pombal, para Mira e para Coimbra. Por que aparece aqui Figueira da Foz com zero por cento?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----



PRESIDENTE DA CÂMARA: "Estou aqui massacrado com a pergunta da deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves, eu sei a resposta a essa questão e agora não me lembro. De facto, esse valor tem a ver com o serviço para fora da região, e não se justifica aí o zero por cento. Provavelmente, é porque ele não está previsto neste concurso.-----

Nós estamos a lançar o concurso intermunicipal, aquele que fica dentro da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Este concurso aumenta a oferta, aumenta a frequência, e a Figueira vai ter um circuito circular feito por dois veículos elétricos. Estamos a trabalhar numa bilheteira integrada para, por exemplo, quem pretenda ir daqui para Pampilhosa da Serra tirar um bilhete único, independentemente do meio de transporte a utilizar, cabendo uma parte do valor do bilhete a cada um dos operadores. Será nesta perspetiva, tal como já acontece nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Estamos a trabalhar esta parte com o Metro Mondego e com as Infraestruturas Comboios de Portugal.-----

Estamos a lutar para reduzir em 15 minutos a viagem de comboio Figueira da Foz/Coimbra. Já conseguimos algumas pequenas vitórias, tais como uma redução do passe social em 50% com o Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, o chamado PART.-----

É completamente diferente tratar os transportes em termos de região e em termos de Concelho. Tratando em termos de região facilitamos a vida a quem circula entre Figueira/Coimbra, Coimbra/Lousã, etc. Se isto dá alguma tranquilidade a alguém, e eu acredito que possa não dar, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra é constituída por dezanove municípios, dos quais treze executivos foram eleitos em listas do Partido Socialista e seis em listas do Partido Social Democrata, e este dossier foi aprovado por unanimidade.-----

Se cada um dos concelhos fosse autoridade de transporte, como Coimbra é por causa dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, nós não conseguíamos resolver toda esta situação dos transportes Figueira/Coimbra e ter ligações articuladas entre Figueira/Coimbra, Coimbra/Lousã, etc. Ou seja, a ideia é funcionarmos em grupo para otimizar resultados.-----

Em termos de custos, os custos com transportes escolares têm sido assumidos desde sempre, sendo o seu valor na ordem dos 650.000/700.000 euros e, agora, estão aqui esbatidos em todo este circuito. Em termos globais, os custos só não são maiores porque estamos aí a alocar parte dos fundos do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, tendo em vista bilhetes mais baratos



e acessíveis.-----

A nossa preocupação é ter bons transportes públicos, pois eles são o principal contributo para a descarbonização.-----

Permitam-me dizer-vos duas coisas. Primeiro, este concurso não é o ideal porque nós estamos a começar a partir do zero, mas cumpre uma obrigação constante de uma diretriz da União Europeia. Segundo, não é o ideal porque não fazemos as exigências ótimas relativamente aos veículos e tem um período de duração relativamente curto. Portanto, temos a convicção que terá de ser melhorado de futuro.-----

E fazendo aqui um pequeno aparte, eu não sei se não teria sido mais interessante nós, os dezanove concelhos, termos uma rede intermunicipal de transportes controlada por nós. Porém, seria muito complicado nos tempos que correm trilharmos esse caminho, mas quem sabe, no futuro, não teremos de pensar em seguir um modelo semelhante aos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para toda a região. Será algo para se avaliar depois deste concurso e de percebermos o resultado dele.-----

Deixem-me, também, dizer-vos que, infelizmente, este concurso há de demorar um ano, não só pela sua dimensão, mas também porque se preveem imensas impugnações e reclamações.-----

Para concluir, tenho a noção de que este não é um modelo perfeito, todavia, se o concurso correr bem ficaremos muito melhores do que atualmente.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Raul Portugal, Isabel Guardão Tavares, Manuel Rodrigues Nada, Bebiana Sampaio Marques e Clarisse Silva Oliveira, do Partido Social Democrata, Pedro Alves Macedo e Célia Querido Oliveira, e o deputado municipal independente Manuel Fernandes Domingues, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º, alínea f) do n.º 2 do art.º 81.º, e n.º 1 do art.º 115.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aplicável por força do disposto n.º 1 do art.º 122.º do mesmo normativo legal, deliberou, por maioria, com vinte e dois votos a favor dos membros do Partido Socialista e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, uma abstenção do membro do Bloco de Esquerda, e nove votos contra dos membros do Partido



Social Democrata e da Coligação Democrática Unitária, aprovar o presente Acordo de Financiamento a celebrar com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências dos Municípios, enquanto Autoridades de Transportes.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.17 - ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DO FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE PARQUÍMETROS COLETIVOS NAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA NA CIDADE DA FIGUEIRA DA FOZ (REEQUILÍBRIO FINANCEIRO DO CONTRATO, FISCALIZAÇÃO DAS CONTRAORDENAÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 71.º DO CÓDIGO DA ESTRADA, ALTERAÇÃO DOS LIMITES DA CONCESSÃO)

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a alteração ao Contrato de Concessão do Fornecimento, Instalação e Exploração de Parquímetros Coletivos nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada na Cidade da Figueira da Foz (reequilíbrio financeiro do Contrato, fiscalização das contraordenações previstas no artigo 71.º do Código da Estrada, e alteração dos limites da Concessão). Esta alteração formalizar-se-á com a celebração do 3.º Aditamento/Adicional ao Contrato inicial, e traduzir-se-á na alteração da redação aos artigos 6.º e 7.º e, ainda, numa nova localização e deslocalização/reorganização de lugares de estacionamento na área do Passeio Infante D. Henrique e na lateral do Largo do Tribunal, conforme plantas que aqui se dão por integralmente reproduzidas e constituem o anexo número onze-A à presente ata.-----

Assim, o art.º 6.º|Objeto do Contrato passará a ter a seguinte redação:-----

«1 - O presente contrato tem por objeto principal a gestão, exploração, manutenção e fiscalização, quanto às contraordenações previstas no artigo 71.º do Código da Estrada, em regime de concessão de serviço público, dos atuais e futuros lugares públicos de estacionamento pagos na via pública na Cidade da Figueira da Foz, na área definida no Anexo I ao presente Contrato e até ao limite de lugares concessionados.-----

2 - O objeto do presente contrato aplica-se ainda aos lugares identificados nas plantas n.º 1 e n.º 2 anexas ao presente contrato, resultantes da necessidade de remarcação/substituição dos lugares de estacionamento na área do Passeio Infante D. Henrique, e na lateral do Largo do Tribunal.-----

3 - A atividade de fiscalização do estacionamento nos lugares concessionados



obedecerá ao regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 146/2014, de 9 de outubro, ao disposto nas Portarias nele previstas, ao Código da Estrada e às normas regulamentares do Município da Figueira da Foz, relativas ao estacionamento em acordo com o estatuído no referido Decreto-Lei, em particular o Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento Tarifado e de Duração Limitada e o Regulamento Municipal de Trânsito, Circulação e Estacionamento.».

E o art.º 7.º | Duração do Contrato passará a ter a seguinte redação:-----

«1 - O presente contrato vigorará até 28 de fevereiro de 2026, podendo o mesmo ser prorrogado por acordo das Partes.-----

2 - Constitui exceção ao previsto no número anterior as áreas de estacionamento identificadas na planta que constitui o anexo IV e que corresponde às áreas de estacionamento que se enquadram na zona de jurisdição do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, abrangidas pelo Alvará de Licença n.º 10/05 - FF, que concede ao Município direitos de uso de gestão apenas por 5 (cinco) anos, prorrogáveis, por iguais períodos, pelo que a concessão nestas áreas vigorará por um prazo de 5 (cinco) anos, prorrogáveis por iguais períodos, até ao limite da concessão.».

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 21 de junho de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "É conhecida a opinião da Coligação Democrática Unitária em relação ao que aconteceu com a exploração dos parquímetros na Figueira da Foz.-----

Meio brincar, meio a sério, costumo dizer que o crime até compensa, porque, de repente, com esta alteração do contrato são ganhos de imediato mais onze lugares, porque uns têm duração limitada.-----

Ultrapassando esta questão, gostaria de colocar algumas questões sobre a Dornier e a exploração dos parquímetros coletivos na Figueira da Foz. Qual o número total de lugares concessionados ao longo da Cidade? Quais os índices de ocupação? Qual o número de fiscais afetos à fiscalização do estacionamento?-----

Por fim, faço votos que a equiparação dos fiscais a agentes de autoridade administrativa não extrapole aquilo que a própria lei consagra."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Antes de falar sobre este assunto, queria dizer que



estou a começar a ficar preocupado, porque quem não concorda ou crítica a maioria socialista, ou é mandato escutar música ou é envolvido numa fábula de burros!-----

Em todas as explicações e justificações dadas, a culpa é sempre do passado, no presente não há responsabilidades.-----

Eu quero ainda crer, e acredito seriamente, que nesta casa ainda se vive em democracia e, portanto, nos podemos expressar, quando não concordamos, votamos contra e criticamos, e quando concordamos, aprovamos como hoje já o fizemos por diversas vezes.-----

Sobre o assunto aqui em causa - as zonas de estacionamento de duração limitada foram criadas para regular o estacionamento. Sempre defendemos que esta fiscalização deveria estar sob o domínio municipal por vários motivos, designadamente, poder isentar o pagamento por determinado período como aconteceu no tempo da pandemia, e inviabilizar a caça à multa, que agora se verifica e até se compreende por se tratar de uma entidade privada visando o lucro.-----

Por outro lado, atento ao Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro (eu já fiz estas perguntas nesta Assembleia, mas vou voltar a fazê-las), como é que uma entidade privada vai ter acesso ao Sistema de Contra-Ordenações de Trânsito, vulgo SCOT? E a Lei de proteção de dados?-----

E se são os municípios, nos termos do n.º 1 do art.º 7.º do citado Decreto-Lei, a estabelecer em protocolo com o Instituto de Registos e Notariado, I. P. (IRN, I. P.), as condições de acesso e consulta à identificação do titular do veículo, e só a polícia municipal ou outro pessoal de fiscalização dos serviços municipais, expressamente indicados pelo Presidente da Câmara Municipal, têm, na medida do estritamente necessário, acesso a esses dados, como é que uma empresa privada vai ter este acesso? Gostava de ser devidamente esclarecido.-----

Será que tudo isto não vai ser objeto de litígio? Não vos preocupa essa questão? Ou a ânsia de entregar a esta entidade privada é mais importante?-----

Obviamente, como o Partido Social Democrata já votou contra a venda da participação do Município da Figueira Parques, só pode votar contra esta alteração ao Contrato de Concessão, porque em nada beneficia a qualidade de vida dos figueirenses."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: "Não é porque eu digo que estou contra que tenho razão,



não é porque eu critico mais alto ou mais compassadamente a leitura, que daí eu venha a ter razão. Não! Não é por eu dizer isto e aquilo de uma forma e criar umas certas atoardas que, agora, os outros não têm o direito de se defender ou de ficarem indignados. Devemos defender e defendemos aquilo que nós consideramos os princípios republicanos e democráticos do Partido Socialista.-----

E se alguém defende outra coisa, tal não nos pode coibir de dizer que não estamos de acordo convosco, ainda que vocês possam responder e argumentar têm de ter o encaixe de conta argumentação.-----

É bom que as pessoas assistam a estas sessões.-----

E, depois, a fábula do Esopo não foi para chamar burro a ninguém, e não tem nada a ver com a denominação do animal. Tenho pena que não tenham percebido.-----

A fábula do Esopo tem uma história final, como todas as fábulas: «digas o que disseres, nunca terás razão!» Não estamos aqui a minimizar ou a maximizar as capacidades intelectuais das pessoas. É pura e simplesmente uma fábula, através da qual o senhor Esopo, naquele tempo antigo, tentou demonstrar às pessoas, de uma forma pedagógica, que nunca lhes dariam razão dissessem o que dissessem.----
Olhe, foi como eu fiz! As questões hermenêuticas são muito importantes, porque quando nós não sabemos interpretar as palavras como é que podemos discernir o pensamento?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Em primeiro lugar, não faz parte do meu perfil e muito menos da minha vontade, criar alguma polémica nesta hora, mas temos de ter cuidado com as palavras quando as proferimos.-----

Eu não gostei nadinha, e tenho toda a liberdade democrática para o dizer, da última intervenção do meu colega Fernando Martins Lopes, e passo a explicar porquê. Para já, foi dita num tom de superioridade intelectual que me faz alguma alergia e urticária, a seguir, referir-se às opiniões diversas que são aqui expressas por deputados municipais, imagino eu que não do Partido Socialista, como atoardas, não é minimamente admissível ou desculpável.-----

Mas não me alongo. Acho que todos temos dias felizes e dias menos felizes. O adiantado da hora também não ajuda, mas, de facto, esta foi uma intervenção de uma infelicidade extrema, mesmo tendo chamado a hermenêutica para o caso."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: "Continuo a pensar que não me consigo fazer entender.



Longe de mim, deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, a filosofia é humildade. Não estou aqui com supremacias nem outras coisas, longe disso, sou um entre os pares.-----

Se atendermos ao seu significado, uma atoarda é algo que se apresenta de forma a minimizar e/ou, se quiser, a maximizar o efeito que tem. Nada mais!-----

Não ouviu todo o discurso, porque eu afirmei que, tanto eu como a minha bancada, não púnhamos em causa que as pessoas se pudessem expressar, e também disse não estar aqui a minimizar nem a maximizar ninguém, mas a trocar ideias.-----

Contudo, também sei que, se calhar, só queremos ouvir aquilo que queremos, e calhou-lhe só essa parte.-----

Aliás, tal como referiu o meu amigo e colega de trabalho Teotónio Jesus Cavaco, estamos a trocar e a confrontar ideias, aquilo que ele disse ser o importante da filosofia. Mais nada! Certo?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Eu avisei que não queria polémica, portanto, independentemente do que acontecer a seguir, eu vou remeter-me ao silêncio.-----

Mas queria dizer ao meu colega Fernando Martins Lopes que ouvi todo o discurso e não apenas parte, e foi pelo facto de ter ouvido todo o discurso que me senti legitimada a comentá-lo.-----

Porque, se por acaso tivesse estado distraída, eu nem tinha coragem, porque iria partir do princípio: sei lá o que é que se disse antes ou depois, neste entremeio em que não estava bem acordada.-----

Atoarda - tenho muita dificuldade em lhe dar o significado que o professor Fernando Martins Lopes lhe deu. Uma atoarda é uma notícia vaga ou não confirmada, um boato e, por extensão, é um disparate.-----

Mais uma vez referiu a filosofia, e eu tenho um grande respeito pela filosofia, mas não como forma de marcar pontos, e sim como disciplina muito séria que nos impele a pensar. Na minha opinião é para isso que serve a filosofia."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Neste momento, não tenho presente o número total de lugares concessionados, os índices de ocupação, nem o número de fiscais afetos à fiscalização do estacionamento. Poderei obter esses dados com alguma facilidade e enviá-los, posteriormente, aos deputados municipais.-----

Tomei boa nota da intervenção da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, mas aqui o crime não compensa. Nós retiramos dez lugares ali daquela zona a norte do



Jardim, criamos mais quinze, e os seis que são criados, são temporários, são lugares de 15 minutos sem ser pagos. A ideia é servirem aquele pequeno comércio, nomeadamente o quiosque, a farmácia, a ourivesaria, a casa de cosmética, para as pessoas poderem encostar e comprar o jornal, irem à farmácia, irem à cosmética e arrancarem.-----

E, digo-lhe mais, se houvesse civismo, provavelmente esta seria a modalidade certa para fazer na Rua da República e na maior parte das situações de estacionamento. Mas, infelizmente, não é assim! Percebemos isso com os quatro lugares criados, nesta perspetiva, na Rua da República, em frente à antiga loja da Singer, e as pessoas ficavam lá um dia inteiro. Vamos tentar ver se funciona no Jardim.-----

A empresa só vai ter a possibilidade de fiscalizar nas zonas tarifadas. Se a empresa vai ter acesso ao Sistema de Contra-Ordenações de Trânsito, vulgo SCOT, e aos dados do titular do veículo? Julgo que a lei prevê que o Município possa ceder a sua posição no protocolo à empresa local, mediante autorização do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Raul Portugal, Isabel Guardão Tavares, Bebiana Sampaio Marques, Fausto Santos Loureiro, Clarisse Silva Oliveira, Lucília Marinho Cunha e Manuel Rodrigues Nada, do Partido Social Democrata, Pedro Alves Macedo e Célia Querido Oliveira, e o deputado municipal independente Manuel Fernandes Domingues, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea p) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com vinte votos a favor dos membros do Partido Socialista e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sem abstenções, e dez votos contra dos membros do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, aprovar a alteração ao Contrato de Concessão do Fornecimento, Instalação e Exploração de Parquímetros Coletivos nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada na Cidade da Figueira da Foz, a ser formalizada através de um 3.º Aditamento/Adicional ao Contrato inicial, e em consequência as alterações aos artigos sexto e sétimo do Contrato, os quais passarão a ter a seguinte redação:-----

- Art.º 6.º | Objeto do Contrato



1 - O presente contrato tem por objeto principal a gestão, exploração, manutenção e fiscalização, quanto às contraordenações previstas no artigo 71.º do Código da Estrada, em regime de concessão de serviço público, dos atuais e futuros lugares públicos de estacionamento pagos na via pública na Cidade da Figueira da Foz, na área definida no Anexo I ao presente Contrato e até ao limite de lugares concessionados.-----

2 - O objeto do presente contrato aplica-se ainda aos lugares identificados nas plantas n.º 1 e n.º 2 anexas ao presente contrato, resultantes da necessidade de remarcação/substituição dos lugares de estacionamento na área do Passeio Infante D. Henrique, e na lateral do Largo do Tribunal.-----

3 - A atividade de fiscalização do estacionamento nos lugares concessionados obedecerá ao regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 146/2014, de 9 de outubro, ao disposto nas Portarias nele previstas, ao Código da Estrada e às normas regulamentares do Município da Figueira da Foz, relativas ao estacionamento em acordo com o estatuído no referido Decreto-Lei, em particular o Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento Tarifado e de Duração Limitada e o Regulamento Municipal de Trânsito, Circulação e Estacionamento.-----

- Art.º 7.º | Duração do Contrato

1 - O presente contrato vigorará até 28 de fevereiro de 2026, podendo o mesmo ser prorrogado por acordo das Partes.-----

2 - Constitui exceção ao previsto no número anterior as áreas de estacionamento identificadas na planta que constitui o anexo IV e que corresponde às áreas de estacionamento que se enquadram na zona de jurisdição do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, abrangidas pelo Alvará de Licença n.º 10/05 - FF, que concede ao Município direitos de uso de gestão apenas por 5 (cinco) anos, prorrogáveis, por iguais períodos, pelo que a concessão nestas áreas vigorará por um prazo de 5 (cinco) anos, prorrogáveis por iguais períodos, até ao limite da concessão.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.18 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DAS AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS GENÉRICAS CONCEDIDAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 19 DE DEZEMBRO DE 2019 E 18 DE DEZEMBRO DE 2020- PARA CONHECIMENTO

Pelo Serviço de Contratação Pública, foi presente uma informação datada de 01 de junho de 2021, anexando a lista dos contratos celebrados ao abrigo das



autorizações prévias genéricas favoráveis à assunção de compromissos plurianuais, concedidas pelas deliberações da Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2019 e 18 de dezembro de 2020, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número doze à presente ata.----- Este processo foi presente para conhecimento à reunião de Câmara de 07 de junho de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Raul Portugal, Isabel Guardão Tavares, Bebiana Sampaio Marques, Fausto Santos Loureiro, Clarisse Silva Oliveira, Lucília Marinho Cunha e Manuel Rodrigues Nada, do Partido Social Democrata, Pedro Alves Macedo e Célia Querido Oliveira, e o deputado municipal independente Manuel Fernandes Domingues, ao abrigo das disposições emergentes da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua última redação, tomou conhecimento dos contratos assumidos pelo Município da Figueira da Foz na abrangência das autorizações prévias genéricas favoráveis à assunção de compromissos plurianuais, concedidas pelas deliberações da Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2019 e 18 de dezembro de 2020.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Pedi ao Presidente da Assembleia Municipal para dizer uma palavras no final da desta sessão de forma a despedir-me deste mandato, enquanto deputado municipal.-----

Após esta sessão, renunciarei ao mandato de deputado municipal, uma vez que me desvincularei do partido pelo qual fui eleito e, conseqüentemente, não farei parte integrante das suas listas nas eleições que se avizinham.

Na minha ótica, não fazia muito sentido participar numa sessão da Assembleia Municipal, possivelmente, em período de campanha autárquica.

Gostaria de agradecer ao Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º José Duarte, à mesa desta assembleia, ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. Carlos Monteiro, aos Vereadores executivos e não executivos, aos líderes de grupo municipal, João Raul Portugal, Silvina Anadio Queiroz, Teotónio Jesus Cavaco, e restantes deputados municipais, a forma cordata, cordial e educada como sempre me



trataram.

Deixo uma palavra de apreço a todo o staff desta Assembleia, em especial à D. Helena, sem desprimor de outros, que era nosso anjo da guarda na preparação e durante as sessões.

Saio desta experiência de aproximadamente quatro anos com a consciência tranquila de que tudo fiz pela minha Cidade e pelo meu Concelho, contribuindo para o debate político de forma positiva e preparada. Acima das tricas político-partidárias deve estar primeiro a Figueira da Foz.

Continuarei o meu rumo como figueirense independente, interessado pelos assuntos da sua Cidade, mantendo a minha matriz socialista e de esquerda. O meu futuro político só o tempo dirá!... Agradeço a todos e a todas com um abraço amistoso e fraterno. Foi uma honra e um privilégio! Obrigado."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Obrigado, deputado municipal Christopher Maia Oliveira por tudo quanto deu esta Assembleia. Tenha o descanso que merece.----- Agora, concluída a nossa ordem de trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Raul Portugal, Isabel Guardão Tavares, Bebiana Sampaio Marques, Fausto Santos Loureiro, Clarisse Silva Oliveira, Lucília Marinho Cunha e Manuel Rodrigues Nada, do Partido Social Democrata, Pedro Alves Macedo e Célia Querido Oliveira, e o deputado municipal independente Manuel Fernandes Domingues, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram vinte horas e dez minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----